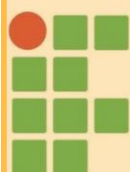


Saindo do Senso Comum em 60 Minutos



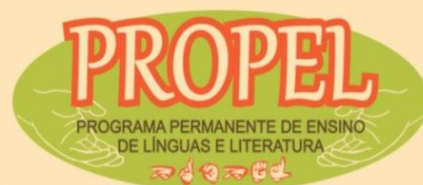
Coletânea de Textos 2016/2017

Organizadores:
Cláudia Silva Estima
Éderson Cabral



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Sul

Campus
Porto Alegre





Saindo do Senso Comum em 60 Minutos

Colaboradoras técnicas: Daniela Forgiarini,
Natália Sobierayski Esnaola e Taiane Silva
Gonçalves

Capa: Arte e diagramação por Cláudia Estima
2018 - IFRS - Campus Porto Alegre
ISSN



Sumário

<i>Introdução</i>	3
<i>Diferença e preconceito: dores e delícias de ser o que se é</i>	7
<i>Língua padrão e preconceito linguístico</i>	11
<i>Vício em sensações, vício em imagens e terapias possíveis</i>	26
<i>A casa, a escola e a rua: espaços de jovens na cidade</i>	40
<i>Casos e acasos: experimentações docentes</i>	47
<i>Do mito da literatura feminina a mulheres e a hora da criação</i>	56
<i>O desenvolvimento de políticas públicas para a reciclagem de resíduos sólidos</i> .	65
<i>Porto Alegre em imagens: arte e história da cidade</i>	74



Introdução

O cenário político de 2016 se tornou mais complexo: como acontecia uma vez, agora já não é possível identificar os de “esquerda” e os de “direita”, ou se isso era ou não relevante para vida de cada um. Dentro desse contexto, alguns de nós, professores do IFRS, *Campus* Porto Alegre, sentíamos pressionados a nos posicionar frente aos fatos. Em conversa no corredores, trocamos preocupações, aflições, dúvidas diante das posturas que não conseguíamos exprimir com clareza.

Foi um ano em que a sociedade saiu em marchas às ruas, clamando por mudança, e nós, como educadores, nos encontrávamos preocupados em abrir espaços para os nossos alunos, para que tivessem um bom embasamento a respeito das suas questões e para que, dessa forma, mais clareza em relação aos seus próprios posicionamentos frente às dúvidas que afetavam cada um diretamente em seu dia a dia. Ansiávamos oferecer um espaço em que fossem livres para pensar. Buscávamos criar um ambiente diferente de sala de aula. Um ambiente de crescimento humano no sentido mais amplo.

Nós, professores, sentíamos a mesma falta de orientação. Nas ruas, entre colegas, amigos e família, nas redes sociais, todo tipo de ideologia, facção ou doutrina estava sendo defendido e, em seguida, rebatida pelos grupos dos mais diversos matizes políticos. A realidade estava líquida, e sua densidade só vinha da violência, e não do debate livre. Como resultado dessas aflições compartilhadas, resolvemos propor uma ação de extensão, um evento no qual pudéssemos aprofundar o debate de questões que estavam sendo tão superficialmente tratadas e que contribuíssem para as perguntas



Saindo do Senso Comum em 60 Minutos

humanas de cada um. Ideias que pareciam já concebidas foram reavaliadas. E sair do senso comum pareceu uma imposição para extrair do momento, aparentemente confuso, algo de bom.

Com isso nasce o “Saindo do Senso Comum em 60 Minutos”, ação de extensão do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, *Campus* Porto Alegre, vinculada ao PROPEL – Programa Permanente do Ensino de Línguas, Literaturas e Assuntos Culturais, que se caracterizou por um evento semanal de palestras, em 2016, sob a coordenação do professor Éderson Cabral. Em 2017, o evento tornou-se quinzenal, agora com palestras e rodas de conversas, tendo a professora Cláudia Estima na coordenação. Por meio dessa ação extensionista, o PROPEL firma o seu perfil de programa que tem como propósito reunir pessoas, dialogar por meio de suas linguagens, refletir o mundo, promover o despertar da consciência, do apropriar-se do mundo ao seu redor. Enfim, ampliar horizontes do conhecimento mútuo, tornar cada um agente de uma grande mudança.

O intuito foi de promover o que acreditávamos ser a necessidade daquele momento e, como reflexo disso, tivemos um público expressivo de participantes. Na sua segunda edição, em 2017, o evento seguiu o seu propósito de abrir um espaço para o debate no qual se privilegiou a fala cidadã, mais do que acadêmica, que expressasse uma visão mais humana do que técnica e que tivesse reflexo na vida das pessoas. O senso comum foi provocado. Da soma de microvisões, levou-se à compreensão de um contexto maior, ampliando vínculos que deram novos sentidos e entendimentos naquilo que pulsava em cada um, e que pulsou nas ruas. Desse debate, surge a publicação que hoje aqui apresentamos. Contamos com a participação, colaboração e entusiasmo de muitos e o projeto, ou ideia, ou idealização..., ao longo do processo, foi ganhando um



Saindo do Senso Comum em 60 Minutos

número crescente de incentivadores. A todos esses, nosso profundo agradecimento.

Desde a concepção do projeto, pensou-se na promoção de palestras, debates e em uma produção escrita. Nesta publicação, reunimos os textos dos palestrantes que aceitaram colaborar com a proposta. Pensamos em tratar o indivíduo, suas limitações, seus preconceitos, a escola, mitos em relação à literatura feminina, o descarte de resíduos e a cidade e seus símbolos. A apresentação dos textos tem como abertura o texto ***Diferença e Preconceito***, no qual Lelei Teixeira introduz a temática dos conceitos preconcebidos em relação a todo aquele que enfrenta algum tipo de limitação. As questões avançam lentamente, afirma a autora, por estarmos inseridos em uma sociedade pouco preparada para perceber o outro. Dentro do âmbito da linguagem, Jéssica Pastoriza del Rios debate o preconceito linguístico advindo do dito “bom uso da linguagem” em ***Língua padrão e preconceito linguístico***. Fladimir Roberto Williges faz uma leitura do indivíduo e seus comportamentos em meio a um mundo de estímulos incessantes em ***Vício em sensações, vício em imagens e terapias possíveis***.

Entender o jovem em seu contexto escolar é o desafio proposto por Carmen Brunel em ***A casa, a escola e a rua: espaços de jovens na cidade***. Sob a perspectiva de um relato de experiência, Mely Cimádevila retrata uma realidade possível e muito rica em ***Casos e acasos - experimentações docentes***. O senso comum resguarda seus mitos. Mariam Pessah desafia trazer ao debate ***Do mito da literatura feminina a mulheres e a hora da criação***. O descarte de resíduos e o indivíduo é tratado em ***O desenvolvimento de políticas públicas para a reciclagem de resíduos sólidos*** por Paula Garcez Corrêa da Silva. A reflexão é encerrada por Luciana da Costa de Oliveira com ***Porto Alegre em Imagens: Arte e História da***



Saindo do Senso Comum em 60 Minutos

Cidade.

Hoje, olhando à distância o caminho percorrido, enche-nos de orgulho conceber e participar de um espaço tão nobre para o desenvolvimento da troca de experiências de vida, da possibilidade de olhar o outro com curiosidade e entusiasmo, de sentir que a alteridade apresenta-se como uma oportunidade de sentir com o outro e, dessa forma, cria-se a chance de evoluir. Finalmente, de propiciar a ampliação do debate a respeito do conhecimento do mundo no qual estamos inseridos.



Diferença e preconceito: dores e delícias de ser o que se é

Lelei Teixeira¹

“Saindo do senso comum em 60 minutos”. O convite para participar desse encontro com nome instigante e desafiador veio do Programa Permanente de Ensino de Línguas e Literatura, do Instituto Federal-RS. Foi em agosto de 2017, na Semana da Acessibilidade e Inclusão, voltada para uma causa que me interessa muito e me faz refletir e escrever cotidianamente. Aceitei porque acredito no compartilhamento e na multiplicação das ideias, fora dos espaços tradicionais, para instigar a mudança. É fundamental pensar coletivamente sobre experiências, sonhos e inquietações que cercam o cotidiano de pessoas que, como eu, têm uma diferença marcante que te exclui.

Falar sobre o que chamam de deficiência, por razões físicas, mentais, emocionais, intelectuais, dificuldades auditivas ou de visão, é falar sobre o preconceito que nos cerca, inerente, quase instintivo. Ampliar essa fala para questões de gênero, raça, cor, comportamento, é, naturalmente, um convite para extrapolar o senso comum, deixar o comodismo de lado e se expor de alguma maneira.

Mas o que queremos dizer quando usamos a expressão senso comum?

Aqui se abre um campo de discussão sem limites. Poderíamos entrar em um profundo debate filosófico, o que exige tempo, preparação e domínio do tema. Não tenho o conhecimento necessário para encarar esse desafio. Mas me autorizo a falar de um lugar que pode jogar algumas luzes sobre a pergunta – o lugar das pessoas estigmatizadas, no meu caso, pelo nanismo.

Entendo o senso comum como um aprendizado empírico. Um modo de pensar que tem raízes na cultura e no meio social, e é fruto da vivência cotidiana imediata. Passa de geração para geração, provocando um entendimento espontâneo da vida. As pessoas, de modo geral, tomam decisões, avaliam erros, acertos e tentativas,

¹ Jornalista. Anã. Assina o blog Isso não é comum, no portal de notícias Sul21.



Saindo do Senso Comum em 60 Minutos

condenam e absolvem, sem questionamento, impulsionadas pela emoção, que passa pelo senso comum. Essa voz que a maioria absorve sem saber bem o porquê. E assim definem suas escolhas, se conformam ou se adaptam, sem maiores inquietações. É o que é!

De onde vem essa voz?

Vivemos em uma sociedade linear, protocolar, cheia de normas, pouco preparada para olhar, perceber e aceitar o outro na sua dimensão e/ou condição real, porque isso exige abrir mão da regra e arriscar. Uma sociedade que, historicamente, para o seu conforto, nunca reservou um lugar para aqueles que fogem dos padrões sobre os quais está estruturada. Nesse lugar a sociedade não desafia a ordem e não desacomoda conceitos e pré-conceitos. Uma sociedade, comodista, prática, mergulhada na burocracia, que oferece poucas margens para a diversidade.

E é por não questionar o que está dado, como o preconceito e o poder a qualquer custo, herança cruel de um tempo em que os homens precisavam da senzala e escondiam ou eliminavam o que os perturbava, que domesticamos o olhar. E, assim, nos acostumamos com a exclusão.

Ninguém se espanta ao ver o negro como porteiro, operário, gari ou doméstica. Homossexuais como cabeleireiros, costureiros fazendo o gênero pitoresco, de humor fino/ferino também não surpreendem. O anão visto como figura grotesca ou mágica, divertindo as pessoas, alvo de chacota, parece tão normal! Tudo certo com a mulher comandando um fogão, mas daí a dirigir uma empresa ou o destino de um país...

Da mesma maneira, poucos se espantam com o apagamento da pessoa com alguma outra diferença, física, intelectual ou mental. É o caso de crianças com síndrome de Down e autismo que têm matrícula negada em escolas regulares e não encontram espaços de convivência. Ou de muitos jovens, cegos e/ou com baixa visão, em cadeira de rodas, surdos, que são barrados na primeira entrevista em busca de emprego porque sua diferença vira obstáculo. E ponto.

A invisibilidade é o que cabe aos diferentes nesse latifúndio da dita normalidade. E esse é um dos efeitos da voz do senso comum, que acomoda e alivia consciências para deixar a vida fluir sem turbulência e sem alterações de rota. Isso não pode ser



comum!

Como provocar a mudança?

O espanto sempre surge no momento em que os indivíduos estigmatizados rompem com os espaços institucionalizados e turbinados pelo senso comum. É aí que a diferença grita, assume outras proporções e obriga a sociedade a se defrontar com o que não quer ver. E, de forma dissimulada, rejeita. Rejeição que fica evidente pela discriminação quando se vê diante da pessoa real, de carne e osso, com sentimentos, paixões, contradições, capacidade de trabalho e a sua DIFERENÇA.

É nesse confronto que as pessoas diferentes instauram a desordem. Ao desnudar a superficialidade de um mundo de aparências, instigam a reflexão e a mudança. É quando as pessoas ditas “normais” são obrigadas a encarar a sua dificuldade de lidar com uma realidade que não dominam. É quando a sonhada raça pura – e leia-se raça pura aquela que detém o poder e precisa de quem se curve e reverencie a sua força – é colocada em cheque diante da impossibilidade da perfeição, tão almejada quanto impossível.

Cabe, portanto, às pessoas que sofrem inúmeros preconceitos subverter a ordem, extrapolar os espaços e recusar os papéis já dados, como o do bufão, do “coitadinho”, do servo sem voz, da vítima ou do herói, para impulsionar a transformação.

Se para a sociedade é difícil conviver com a diferença, que escancara os limites humanos, é fundamental fazê-la entender o valor e as possibilidades que a diversidade traz. Para isso, é preciso romper com os estereótipos e com os discursos instituídos, ultrapassados e redutores, praticados pelo senso comum, cuja lógica é acomodar consciências.

Além do acesso físico, a pessoa com deficiência precisa ser acolhida na sua dimensão real, sem disfarces e pré-julgamentos, sem contaminação. Só assim será possível construir relações agregadoras, libertárias, vitais para a eliminação do preconceito e para o reconhecimento do outro. A mudança exige desacomodar conceitos clássicos, enraizados, e apontar para uma sociedade como soma de diferenças e não de seres humanos hipoteticamente iguais. Devemos recusar os



Saindo do Senso Comum em 60 Minutos

discursos engendrados pelo senso comum.

Não somos nem coitados, nem vítimas, nem heróis. Somos apenas diversos. Estamos na vida como qualquer pessoa, com os nossos limites, os nossos sonhos, as nossas aptidões e convicções. A frase de uma canção de Caetano Veloso, chamada “Dom de Iludir”, define bem esse sentimento: “Cada um sabe a dor e a delícia de ser o que é”.

Para que a inclusão se incorpore ao cotidiano das pessoas, a educação é o caminho, porque toda a ação verdadeira tem que ser assimilada internamente, vir de dentro para fora, desde o início. É preciso educar para a diversidade que constitui os indivíduos, em casa, na escola, no lazer, no trabalho. Quem é estigmatizado necessita muito mais do que discursos inflamados, leis, projetos e equipamentos. Necessita de olhos não contaminados pelo preconceito e não subjugados pela hierarquia social.

Acolher não significa passar a mão na cabeça, fingir que está tudo bem, minimizar os problemas, hiperdimensionar capacidades. Acolher é estar atento para compreender e aceitar os limites, descobrir outras possibilidades, abrir portas, orientar e exigir.

A arquiteta gaúcha Flavia Boni Licht, uma estudiosa das questões que envolvem a mobilidade urbana, com o foco na acessibilidade e na inclusão, aponta para a necessidade de um profundo processo de sensibilização que leve ao entendimento de que a população não é um conjunto homogêneo. Muito pelo contrário. A população, segundo Flavia, “é formada por incontáveis minorias (crianças, idosos, adolescentes, cegos, surdos, cadeirantes, gestantes, gays, obesos, negros, indígenas, cardíacos, diabéticos, hemofílicos, evangélicos, umbandistas, analfabetos etc) e por grupos que resultam do cruzamento dessas minorias, cada um com desejos e necessidades diferenciadas. Essa diversidade humana deve integrar-se e participar plenamente da trama social, com autonomia e independência”.

Essa diversidade humana é a nossa riqueza.



Saindo do Senso Comum em 60 Minutos

Língua padrão e preconceito linguístico

Jéssica Pastoriza Del Rios²

Uma breve pesquisa em sites de busca ou olhadinha em livrarias mostra a quantidade de textos que pretendem ajudar a escrever e falar bem ou a nunca mais cometer certos erros de Português. Se esses textos existem em abundância é porque alguém os procura e isso indica que existe uma preocupação em fazer o dito bom uso da língua. As perguntas que seguem visam a discutir o que é esse bom uso e como esse conceito acabou por gerar uma forma de preconceito.

Existe bom e mau uso da língua?

Escrever e falar bem é uma qualidade admirada por muitos e amplamente utilizada como meio de persuasão, contudo, é difícil definir o que é fazer um bom uso da língua. Essa definição pode ter dois aspectos principais. O primeiro aspecto diz respeito à organização de ideias e argumentação, ou seja, trata claramente do conteúdo de uma fala e da forma com que o falante escolheu para distribuição desse conteúdo. Enfatizando pontos, conectando partes do discurso, sendo coeso e coerente. Para isso, aquele que fala deve, acima de tudo, saber o que quer comunicar e ser capaz de achar o melhor caminho para cumprir o objetivo de ter sua mensagem transmitida.

O segundo aspecto, entretanto, refere-se ao que alguns julgam como fazer bom uso das regras da língua, o que pode incluir a escolha de alguns itens lexicais, alguma pronúncia específica, a construção de frases, questões de concordância etc. Esse aspecto exige do falante conhecimento chamado formal, não basta dominar o conteúdo

² Mestranda em Linguística/PPG-PUCRS



Saindo do Senso Comum em 60 Minutos

sobre o qual ele fala, é preciso que se saiba também quais regras regem seu sistema linguístico.

A união desses dois aspectos parece tornar um texto – uma fala - mais acessível e inteligível, sem contar outras características de cada um pode ter como um estilo mais humorado, mais rebuscado ou mais objetivo, por exemplo. No entanto, são comuns as críticas sobre alguém que não fala ou escreve direito, além de ser notável em salas de aulas de ensino básico que vários alunos não se considerem suficientemente bons em sua língua nativa.

Essas críticas presentes no discurso de amigos, professores e em muitas postagens nas redes sociais, parecem se direcionar a uma parte do segundo aspecto mencionado considerado para se falar bem, aquele sobre o uso das regras da língua e talvez sejam geradas por uma clara confusão sobre o tema do que é dominar as regras de um sistema linguístico.

Por que é comum ouvir de falantes nativos que eles não são bons em Português?

Vivemos em comunidade e assim somos capazes de entender e interagir com a absoluta maioria daquilo que lemos e ouvimos, isso porque conhecemos o sistema do Português Brasileiro, do qual somos íntimos desde muito novinhos. Executamos, sem ter que pensar muito, a produção de frases complexas, reconhecemos novos vocábulos por analogia, sabemos onde está o sujeito e o predicado. Então é claro que sabemos muito bem o português. Acontece que existem várias formas de usar o nosso idioma, existe a forma escrita e a falada, estilo formal e informal e talvez nem todos os falantes de português dominem toda essa variedade dentro da língua. Então, a variação linguística é uma realidade que pode incluir diferenças entre grupos sociais, faixas etárias, gênero, etnia etc.



Devemos falar e escrever do mesmo jeito?

Uma importante separação quando se pensa em bom uso da língua é a que ocorre entre as definições para língua falada e escrita. É fácil entender que entre amigos, em um ambiente familiar, é provável que estejamos mais preocupados com o que falamos, com a convivência, do que como falamos. É como se nos desapegássemos de um fiscal do bom uso da língua e nos permitíssemos mais a ousar, usar gírias e expressões coloquiais.

Já em um documento escrito, quem sabe pela possibilidade da duração eterna, há uma preocupação maior em escrever “direito” e pontuar corretamente, afinal, textos escritos raramente têm como destinatários pessoas nas quais confiamos e com quem nos sentimos à vontade. Ciente do possível julgamento, a tendência é nos preocuparmos mais com a forma do que com o que estamos comunicando.

Uma boa metáfora sobre o uso adequado da língua que se encaixa não só para a oposição escrita x fala é o da maneira de se vestir. É incomum ir a um casamento de bermuda e chinelos, é socialmente inadequado se pensarmos que existe um traje padrão para eventos como esse, mas o quanto um convidado que decidisse inovar assim estaria ofendendo alguém? Provavelmente, o mesmo questionamento se aplicaria para alguém de terno na beira da praia. Podemos ter todas essas opções no guarda roupa e podemos eleger qual peça se enquadra melhor conforme a ocasião.

Um professor falante de um estilo de português pode querer fazer uso de mais gírias quando em contato com uma turma de adolescentes, enquanto esses mesmos adolescentes sabem que devem guardar as gírias para momentos de descontração, não na entrevista de emprego, por exemplo.

Essa adequação que aprendemos sem muita dificuldade, porém, ocorre de maneira



Saindo do Senso Comum em 60 Minutos

mais completa quando temos um grande repertório. Alguém com pouquíssimas peças de roupa no roupeiro corre um risco maior de não parecer tão elegante na festa da empresa ou não tão despojado no churrasco com a galera. O mesmo com a língua, para transitar entre estilos e grupos, precisamos conhecer bastante da língua.

Daí a função de termos aula de português até o final do ensino médio mesmo sendo fluentes no idioma desde muito antes da idade escolar. Vale ressaltar que reagimos diferentemente ao empresário que decidiu ir de sunga ao escritório e à menina que por falta de opção foi à festa de gala de calça jeans.

Nossa sensibilidade identifica o que é escolha quando se trata de roupa, mas tem dificuldade para fazê-lo quando se trata de uso da língua. O menino que diz “nóis fumo no bar” optou por não dizer “nós fomos ao bar” ou o disse porque é a forma que ele conhece? Por só conhecer essa forma ele não deve ser repreendido, mas pode ser apresentado a novas formas.

Conhecer as regras gramaticais, saber a ortografia de uma palavra, até a origem da mesma, entender diferentes gírias, ter amplo vocabulário, tudo isso enriquece nosso conhecimento e capacidade de usar variações da língua para específicos propósitos, mas não faz com que possamos nos autodenominar como os detentores exclusivos do bom uso da língua.

O que é a variante padrão?

A ideia de que uns falam melhor do que outros ou de que poucos dominam o português correto está diretamente ligada ao conceito de variante padrão. Essa seria a variante de uso da língua padronizada para um maior entendimento geral, já que, por exemplo, se pensarmos na elaboração de documentos jurídicos e que cada escritor decidisse usar os vocábulos e estilo que mais gosta, a leitura desse documento poderia



Saindo do Senso Comum em 60 Minutos

se tornar dificultosa por alguém que não tivesse esse mesmo estilo e até mesmo desconhecesse as palavras escolhidas, logo, um padrão na forma de se comunicar tende a ser facilitador nesse contexto.

É por isso que meios que procuram veiculação para quantidade imensa de pessoas, como programas jornalísticos televisivos, procuram usar a variante padrão da linguagem, para serem entendidos pela maior população possível. O que está sendo chamado aqui de variante padrão, já foi conhecida por outros nomes, como por exemplo português correto, normal culta ou norma padrão. Do primeiro termo, o adjetivo correto parece ser o ponto delicado, já que mensurar o que é certo e errado torna-se muito complicado quando pensamos em tudo dito até aqui, que é a imensa variedade existente na língua, seria como dizer que o nome correto do que comemos no almoço é mandioca, e não aipim, quando isso não se trata de erro, e sim de variação regional. Chamar de norma culta parece ainda mais difícil porque prevê a determinação do que é cultura ou de quem é culto.

Um brasileiro leitor voraz de literatura italiana pode entender muito desse âmbito cultural e não saber nada sobre a cultura do carnaval brasileiro, assim como um cantor de rap brasileiro provavelmente entende muito da cultura do *hip hop* e pode não saber sobre a cultura japonesa de *mangás*, tão popular atualmente. Ambos têm conhecimento em diferentes tipos de cultura e ambos provavelmente fazem uso diferente da língua.

Por último, chamar de Norma Padrão, como muitos ainda chamam, infere que a variante padrão se aplica como norma. O que não está de acordo com a perspectiva de uso da língua variante conforme a adequação requerida pelo contexto. A variante padrão então, é aquela presente nos livros didáticos e a qual somos ensinados na escola, e a qual muitos usam somente em ocasiões específicas. Um exemplo claro é o verbo estar, que na variante padrão teria a flexão *estou*, mas que acaba sendo usado por muito



Saindo do Senso Comum em 60 Minutos

falantes do português, independente de sua idade ou nível de escolaridade, como tô, sem que se escutem reclamações sobre como o verbo inteiro deveria ser norma entre os usuários da língua, nem sobre a dificuldade de entendimento, nem sobre o risco de morte do bom português.

Preconceito linguístico é o mesmo que preconceito social?

Existem usos fora da variante padrão que parecem ser mais socialmente aceitáveis do que outros e é na não aceitação de alguns usos que surge o preconceito linguístico, o julgamento de um falante como estigmatizado ou valorizado baseado no jeito com o qual ele fala ou escreve. Apesar de ser um tema mais que discutido em certos ambientes acadêmicos há alguns anos, ainda se percebe no cotidiano cenas que nos mostram quão presente ele é. Enquanto outros preconceitos foram recuando devido consciência social, este ainda parece resistir.

O ambiente das redes sociais, altamente propício para manifestações opinativas, é um lugar interessante para perceber a atuação do preconceito linguístico. Às vezes, no meio de um texto com uma bela ideia o autor apresenta uma ortografia divergente da considerada padrão, trocando um s por um ç, esquecendo de um h no começo de alguma palavra, não que isso impeça o entendimento, mas, nos comentários, é constante a aparição de críticas. Mandar aprender português primeiro é usual, chamar de burro e analfabeto também, mesmo que o texto como um todo exponha ideias muito inteligentes.

Por isso se chama preconceito, é desconsiderar a realidade e criar um conceito prévio ao conhecimento profundo de quem falou ou escreveu. É um pobre sem estudo, é uma menina ignorante, é um nordestino... mas a verdade é que grande parte da população não utiliza a variante padrão todas as horas do dia. Então, mais importante



Saindo do Senso Comum em 60 Minutos

do que julgar como errado ou como inferior aquele amigo que postou “tomando uma servejinha”, seria entender que o ambiente das redes sociais pode ser formal ou informal, depende de quem a usa, e se o usuário se sente em casa, é difícil que antes de escrever espontaneamente ele vá revisar se usou todas as regras presentes na gramática.

Fazer uso de uma variante que não seja a padrão não significa ser burro ou não saber a língua, significa que provavelmente o uso feito se encaixa perfeitamente no estilo do seu círculo de contatos e por isso não merece sofrer estigma. O preconceito linguístico é enraizado na desigualdade social brasileira, onde poucos têm muita escolaridade e acesso amplo à informação. Grande parte da população não tem ensino formal de qualidade, hábito de leitura, contato com variantes eruditas da língua e por isso não as usa.

Como está a situação atual do preconceito linguístico no Brasil?

Apesar de servir como instrumento propagador desse e de vários preconceitos, as redes sociais também prestam o serviço do esclarecimento com grande facilidade. É notável ultimamente a quantidade de informações contestadoras à necessidade e utilidade de “corrigir” o português alheio. Mesmo sem efeito convencedor imediato, é positivo que a reflexão sobre o tema atinja diversos públicos e não se restrinja ao âmbito acadêmico.

Além disso, há uma esperança que nas escolas, lugares em que nos formamos, esteja ocorrendo uma renovação de paciência e aptidão para se aprender sobre tudo, isso ajuda a diminuir qualquer preconceito, em breve é possível que o preconceito linguístico deixe de ser usado como argumento de superioridade e dê lugar à discussão sobre a importância da articulação das ideias e da validade de qualquer variante da língua portuguesa no Brasil.



Vício em sensações, vício em imagens e terapias possíveis

Flademir Roberto Williges²

Introdução

É comum ouvir em conversas entre jovens a seguinte sentença: “*tá ligado?*”. Essa expressão condensa vários usos possíveis da linguagem. Podemos pensá-la como uma pergunta, uma exclamação e até como uma ordem: *te cuida!* Vamos deslocá-la por um instante e ver o que ela tem a dizer sobre a sociedade em que habitamos. Imaginemos o que não está manifesto na expressão, seu conteúdo latente, e podemos chegar a seguinte asserção: “*quem tá ligado leva choque*”. De uma certa forma, vivemos nos defendendo de choques. Um choque é uma intervenção inaudita no organismo humano. Em torno de sua defesa se concentram todas as energias que vagueiam soltas. Um choque abala todo o organismo. Quando martelamos um dedo, é como se todo o mundo se contraísse no dedo. Ao senti-lo, a mente e o corpo condensam-se numa só postura à procura de saída. Assim, choques físicos ou psíquicos, embora de fontes diferentes, são vivenciados de forma semelhante.

Isso tem uma explicação fisiológica. Para Freud, a defesa do ego contra os estímulos é quase tão importante quanto a sua estimulação. “O que a pele é para o corpo, a angústia é para o ‘órgão anímico’: uma grande proteção contra estímulos” (TÜRCKE, 2010, p. 124).

O Choque da imagem

Em seu livro *Sociedade Excitada* (2010), o filósofo Christoph Türcke trata do

² Professor de Filosofia do Instituto Federal do Rio Grande do Sul/Campus Porto Alegre.



Saindo do Senso Comum em 60 Minutos

estado atual da alta tecnologia e associa o choque das imagens e dos sons, o audiovisual, com um fenômeno bem arcaico que em linguagem teológica chama epifania do sagrado. Epifania é manifestação, revelação de algo que pode causar terror e tremor: o susto. Segundo sua teoria da formação da cultura, a forma original da sensação humana teria sido provocada pelo choque frente à natureza; um choque misterioso, uma vez que não se conheciam suas leis. Dessa forma, a origem do sagrado teria sido profana, uma reação frente às forças desconhecidas da natureza e em relação às quais nos encontrávamos em posição de inferioridade, como criancinhas. Para entendê-las e acalmá-las, de alguma maneira, inventaram-se os deuses como causa explicativa dos mais diferentes tipos de acontecimentos. Os deuses nasceram como forças ameaçadoras e, ao mesmo tempo, protetoras. O choque sagrado, em seus primórdios, foi tão abalador quanto constituidor do sensorio humano. A atenção que ele provocou, após ser continuamente tratada e diminuída, mitigada, formou a sensibilidade humana.

E hoje?

Segundo ele, essa epifania se multiplicou e se inflacionou na modernidade até se tornar irreconhecível contemporaneamente na forma dos choques audiovisuais. Estes choques são aplicados como injeções. “Eles fazem o sistema nervoso dependente e viciado de sensações” (TÜRCKE, 2010, p. 12). A metralhadora de sensações audiovisuais atual está administrando o choque em uma multidão de bilhões de pequenas doses que escondem, de certa maneira, a origem desse fenômeno e, por outro lado, o multiplica, o inflaciona. Portanto, por mais paradoxal que possa parecer, as excitações atuais de nossa sociedade continuam a reeditar os choques primitivos e a epifania do sagrado. Essa é uma chave de leitura para interpretar o que está acontecendo em nosso contexto *high-tech*, de alta tecnologia. E aí nos deparamos com um fenômeno que é central para Türcke que é o toque dos extremos. Nesse caso, os



extremos são o paleolítico e a alta tecnologia.

Como assim, a era paleolítica e a alta tecnologia se tocam? Então não evoluímos, não houve progresso, não estamos entrando numa nova ordem mundial? Estaríamos regredindo?

É óbvio que houve evolução e progresso nas sociedades modernas. É inegável que as maiores conquistas humanas da era moderna se devem à ciência e à técnica. Mas a “condição moderna não é a condição humana”. O moderno abstraiu o velho, tirando sua força. Mas mesmo filhos, por mais “moderninhos” que queiram ser, ainda cometem alguns erros de seus pais. Não adianta rejeitar a origem, porque o recalçado retorna. Retorno do recalçado é uma tautologia. Por isso, é provável que muito da camada arcaica da humanidade não tenha sido ultrapassada, porque a modernidade colocou o “eu penso” como princípio de constituição da realidade objetiva, subjetiva e social abstraindo das forças não mentais. Esse “Eu” (a subjetividade constitutiva) pretendeu se impor sobre a realidade interna e dominar a natureza externa. Ele é fruto de uma separação radical da natureza. Por isso, muitas vezes, tem delírios de autonomia e, de certa forma, ao final, acaba sendo dominado por suas próprias abstrações: quer seja na forma de doenças físicas ou mentais, ou de catástrofes produzidas pelo próprio homem. Isso explicaria em termos históricos e filosóficos porque, de certa maneira, vivemos uma reviravolta de coisas antigas numa moldura nova, *high-tech*. A história da razão ocidental é uma história cujas raízes são dominadoras. A administração dramática de choques, sua inflação e multiplicação, reedita de forma irreconhecível a epifania do sagrado e leva a consciência humana de certa maneira de volta ao seu ponto de origem – que foi violento. Ela nasceu do susto,



Saindo do Senso Comum em 60 Minutos

do pavor, que faz empalidecer qualquer prazer. Nesse meio tempo, a cultura humana trabalhou penosamente para sedimentar e formar os seus produtos que consideramos os mais sublimes. Por exemplo, a atenção foi uma conquista humana de primeira grandeza. É quase um milagre que um ser tão perpassado por nervos, ou seja, tão nervoso quanto nós, tenha conseguido de certa forma se acalmar e inventar teorias ou a contemplação filosófica. A capacidade de permanecer concentrado em alguma coisa por um tempo mais demorado, olhá-la e fixá-la, resguardá-la, emergir nela, não foi uma conquista nada fácil. Tudo isso exigiu um afrouxamento da pulsão e um trabalho nervoso sobre os impulsos mais imediatos; exigiu um penoso trabalho sobre a violência da sensação imediata.

Por isso, ao contrário do que muitos pensam, a sensação não é um fato natural, geneticamente inscrito. Ela é um produto cultural: foi conquistada durante a era paleolítica humana, depois de reiteradas repetições até que os nomes e a linguagem conseguisse fixar algo enquanto algo. Se não fosse assim, se nada pudesse ser conhecido por seu nome, não haveria a beleza que é a singularidade humana, ou seja, o fato de que, mesmo membro da mesma espécie, cada indivíduo é único. O sentimento de si, portanto, não pertence à estrutura genética – algo que sempre estaria dentro da humanidade e seria um fato simplesmente natural. Hoje vivemos o fato interessante de que essa conquista, que custou provavelmente milênios, está novamente à disposição da maquinaria técnica das imagens e sensações e está sendo manipulada por ela. Segundo Türrcke, ela está vitalmente ameaçada pelas conquistas mais avançadas da tecnologia. É nesse sentido que o arcaico e o *high-tech* se tocam. Esse é o sentido do toque dos extremos. Ele chama isso de um “retorno ao fundamento”, ou seja, estamos revolvendo ou remexendo nos conteúdos da consciência que se sedimentaram, acalmaram, tranquilizaram. E não apenas por



Saindo do Senso Comum em 60 Minutos

intervenções biotecnológicas ou da nanotecnologia - que consegue uma revisão histórica da natureza do cérebro, mas por imagens externas que penetram abruptamente no sensorio humano lavrando-o e desorganizando as estruturas das conexões neurais que são o resultado de milênios de trabalho da era paleolítica.

Numa análise mais profunda - que não descuida das mudanças da história e de suas rupturas sazonais - pode-se perceber que o choque da imagem técnica, em nome de sua novidade e sedução fisiológica, estética e econômica, representou uma grande conquista, mas ao mesmo tempo exigiu sacrifícios e amputações de muitos aspectos relevantes dos sentidos e dos sentimentos humanos, porque acabou se tornando para a maioria dos que adotaram a “condição moderna” sem questionamento e sem crítica, uma renúncia. Para quem quiser não ser um Zé Ninguém, ou seja, para ser alguém, essa renúncia se tornou necessária. No momento em que o aparelho sensacional midiático cresce e transforma todo acontecimento em uma torrente de estímulos excitantes e chamativa, quem não consegue fazer-se no mínimo imagem, por mais que goze de boa saúde física, pode desaparecer da cena social. Os profissionais que vivem e dependem da imagem, quando saem do “ar”, dão testemunhas do poder da imagem como se algo de substancial lhes tivesse sido arrancado do corpo. Na luta concorrencial pela existência midiática, na luta por estar “ai”, toda uma constelação de novos sintomas sociais são produzidos. Entre eles está o vício em imagens.

Como se dá o caminho para a formação do sintoma chamado de vício em imagens?

De forma genérica podemos dizer que envolve toda uma dinâmica econômica e psíquica, ou seja, toda uma economia psíquica. A economia envolve a produção, a circulação e o consumo de bens que ou são necessários ou são oriundos de desejos e



Saindo do Senso Comum em 60 Minutos

de carências. Por isso, é importante diferenciar entre necessidade e desejo, ou melhor, entre o desejo do vício e o que a substância pode lhe oferecer. Interpretando de forma teológica e psicanalítica, podemos afirmar que há uma utopia no vício, uma vez que o lugar que ele deseja não é nenhum que possa ser ofertado pelas substâncias viciantes. Ele deseja parar de procurar a última dose. Essa utopia é a do vício, e não a do viciado, pois este, em seu discurso manifesto, poucas vezes reconhece que a substância o domina, que se tornou para necessária. Muitos afirmam que param quando querem. O vício, porém, quer acabar consigo mesmo. Nisso reside uma esperança: que o viciado consiga sair do círculo vicioso e aceitar tratamento. Para isso não há regra geral: a saída do círculo da repetição depende de um percurso próprio e é uma questão de querer sair dele por meio de um comportamento crítico e de ações afirmativas.

Do ponto de vista da economia capitalista, no sistema de mercado, quando não há monopólio, as organizações de produção e suas estruturas sociais são organizadas em função da necessidade sistemática de concorrência. Elas buscam com suas marcas e logotipos causar fortes sensações para serem percebidas e se sobressaírem sobre suas oponentes. A publicidade é uma forte aliada dessas estruturas e uma fonte de despolitização dos cidadãos.

De onde vem todo esse poder do audiovisual, de palavras associadas a imagens e de imagens associadas a palavras?

Para sair do senso comum temos que mergulhar nas origens da imagem e da palavra. Como as imagens se tornaram tão determinantes para o ser humano a ponto de serem impressas em cavernas para que todos as vissem ou que só fossem mostradas em determinadas ocasiões especiais?



Saindo do Senso Comum em 60 Minutos

Pensando no estudo do ser da imagem, em sua ontologia, em primeiro lugar, por mais próximo que ele esteja, é difícil defini-lo teoricamente. Ao percebê-lo e ao reconhecê-lo, sentimos algo como uma distância que nos incomoda. Nossa própria imagem no espelho é um misto de ente e não-ente, de luz e escuridão, pois não conseguimos desvendá-la só com o olhar. Ao olhá-la, é como se fôssemos olhados de algum lugar desconhecido. Mesmo fixada num retrato ou em uma fotografia, imobilizada, a imagem ainda parece movimentar-se. É como se ela tivesse algo que está em nós, que todos nós temos: pulsão. Mesmo imóvel, ela se movimenta e nos mobiliza. Por isso talvez o medo das imagens esteja associado ao medo das forças pulsionais. Algo indomável que amiúde ameaça-nos com destruição: uma certa estranheza familiar.

O século XX foi um século revolucionário. Entre as muitas transformações ocorridas, a partir da década de 90, consolidaram-se na cena social novas formas de coordenar a produção e a reprodução da vida. Em especial duas formas se destacaram: por um lado, a coordenação de processos inteiros de produção material comandada pelo computador e, por outro, a comunicação virtual entre as pessoas, não presencial, mediada por tecnologias digitais. As pessoas passaram a não mais escrever cartas, mas enviar *e-mails*. Em decorrência da expansão do uso do computador, da invenção de novos meios de comunicação mais móveis, de novas mídias e das chamadas “redes sociais”, novas formas de comunicação e de relações interpessoais foram sendo vivenciadas e, com isso, novas formas de construir as identidades pessoais e grupais foram sendo gestadas – por exemplo, hoje, o *facebook* ou o *whatsapp*. Historicamente, isso marca a vitória da Revolução Microeletrônica sobre as formas anteriores de organizações sociais, que eram mais centradas em pessoas, e não comandadas por programas informatizados.



Saindo do Senso Comum em 60 Minutos

Para compreender essa mudança de época – e essa época de contínuas mudanças - não podemos partir de um caminho fechado em uma única área do conhecimento. Somos obrigados, enquanto estudiosos que pretendem dizer algo relevante sobre essas transformações, a uma abordagem interdisciplinar do tema, abrindo-nos à escuta do conhecimento de outros colegas. É por isso que nossa abordagem da sintomatologia produzida pela maquinaria da imagem a partir da revolução microeletrônica envolve as áreas da filosofia, da psicanálise, da economia, da teologia, da comunicação e da antropologia.

Antropologicamente, podemos partir do seguinte dado: Antes da técnica da fotografia, de certa forma, as coisas nos viam como nós as víamos. Depois do surgimento dessa maravilhosa escrita instantânea da natureza sem os traços da mão humana capaz de capturar indiscriminadamente qualquer fenômeno social, o cinema, a televisão, o vídeo, o computador e a internet exploraram ao máximo suas virtudes. Novas formas de “revelação” da realidade social se fizeram valer e foram cada vez mais valorizadas. Hoje, mantendo todos os efeitos do choque que nasceu do “fiquem parados” da captura fotográfica, o slogan antropológico poderia ser assim atualizado: “Quem não tem tela, não é homem”. Nossa pergunta é: dado que a imagem não é a realidade, mas que, historicamente, após a revolução microeletrônica, imagens técnicas da realidade exterior podem ser matematicamente criadas por programas de computador - reduzindo, concentrando, refinando, sintetizando e simulando tecnicamente a própria realidade -, esses poderes podem construir tecnicamente realidades como pretendentes a substituir ou simular que aquilo que representam é algo de real ou o próprio real. Eles podem programar e controlar de fora a nossa própria percepção interna.



Como é possível escapar de sermos capturados por esses dispositivos? Como é possível fugir desse imperialismo da imagem técnica - que excede em muito nossa imaginação interna, pouco nítida, difusa, confusa - e não confundirmos as imagens técnicas com a própria realidade?

Nos idos dos anos noventa, uma amiga solteira, que acabara de ser mãe, me falou referindo-se à televisão: “Você não sabe o que é ter uma babá eletrônica!”. Esta fala pode ser inserida num contexto social que a maioria de nós, enquanto crianças, vivenciou em casa. Hoje, a atenção disputada pela televisão, dado a multiplicação dos aparelhos de imagens, é quase irrisória. O mundo familiar e, em escala ampliada, o mundo social, está enredado e anima-se ou deprime-se com imagens que jorram de irradiantes telas. Os rostos humanos de pais, mães e irmãos dividem-se com os rostos das estrelas e astros em miniatura nas telas – e há mesmo as pseudocelebridades – que demandam serem vistas e ouvidas. Ainda hoje, frente a uma câmera, ao serem entrevistadas, as pessoas vivenciam uma aura de transformação. A atenção dos pais e de parentes mais próximos em relação às crianças se divide com a tela. Entre a demanda de atenção dos humanos e a das imagens das telas há uma disputa acirrada – por exemplo, numa disputa de casais entre ver futebol ou novela, quando a família só tem um aparelho de televisão. Na realidade, nem mais há essa disputa, dada a proliferação de aparelhos por todos os cômodos da casa. Talvez, pelo fascínio das imagens e pela democratização de acesso aos meios audiovisuais nem mais nos importemos tanto em falar sobre situações de privação que as crianças podem estar vivenciando pela falta da palavra do pai ou da mãe, uma vez que elas têm televisão e computador no próprio quarto. A atenção que a tela demanda ganhou a “parada”. E os pais não sabem do incêndio que pode estar ocorrendo no cômodo contíguo, ou seja, não sabem do fogo que eles próprios ajudaram a acender. A ordem outrora ao ser



Saindo do Senso Comum em 60 Minutos

fotografado era a de “Fiquem parados”. Hoje parece ser: movimentem-se ao ritmo das imagens de um filme. Frente ao teste dos limites da realidade por parte de uma criança, que inicialmente explora sem saber distinguir entre sua imaginação e os perigos da própria realidade, oferece-se a ela uma tela. Sua agitação e seu desassossego podem acabar momentaneamente. Mas, no fundo, a falta de limites e de atenção dos pais lhe causa sofrimento. O melhor a ser feito seria dizer um “não” bem determinado, sustentando as consequências que dele pudessem advir. Frente ao que o novo meio proporciona, talvez, as vivências anteriores, nos tempos em que não havia tanta oferta de entretenimento, possam ser catalogadas como um puro tédio. Nada, porém, manda para mais longe o tédio do que um assédio. E as imagens exercem um fascínio fisiológico ao transportar magicamente o corpo e a mente para outro lugar.

Paradoxalmente, o que opera na resposta a esse assédio pode chocar opiniões preconcebidas. Este mecanismo foi descrito por Freud como uma identificação com o agressor. Não de forma consciente ou voluntária, mas como uma forma de proteção ela mesma paradoxal, porque busca segurança naquilo que ameaça. É como se uma pessoa que tem um carro possante incorporasse as qualidades da máquina ou do motor. No fundo ela sabe que ela é movida pela máquina, que jamais alcançará sua potência, mas é como se ela transformasse a vergonha de ser menor, sua fraqueza, em uma virtude dela própria, ou seja, em força. Em primeiro lugar, identifica-se com as qualidades dessa máquina que a retira de um cotidiano chato e lhe oferece uma visão transfigurada da realidade. Em segundo lugar, faz esquecer a miséria em que vive – seja psíquica ou material. Existem máquinas que reproduzem os movimentos humanos com muito mais precisão e velocidade. E existem máquinas que reproduzem as percepções. Essas, pela identificação com sua perfeição podem nos privar da atenção desejada, pois elas são máquinas produtoras de imagens muito mais atraentes e



Saindo do Senso Comum em 60 Minutos

sedutoras que aquelas que a nossa imaginação produz. A sensação que reproduzem é imediata. A relação com o tempo e com o espaço é diferente da que sentimos em sua ausência. Elas podem reduzir drasticamente o tempo de uma vivência e o espaço onde ela pode acontecer. Elas podem reduzir e deturpar a sensação humana, mas não deixar que ela seja o que é, porque o que a sensação humana desejou desde o início foi vivenciar a coisa real, sentir de verdade, mas não ser abatida por ela própria, ou seja, de certa forma ela queria acabar consigo mesma e se acalmar, e não ter que ficar sempre correndo atrás de novas sensações. As imagens estereotipadas ou clichês que a mídia hoje nos oferece não nos acalmam. Elas vivem sugerindo outras. Essa compulsão por emissões novas e por coisas ainda não vistas, não nos deixa descansar. Paradoxalmente, e de forma equívoca, o entretenimento é para nós uma forma de trabalho por outros meios. Nós nos identificamos com as imagens emitidas pelas telas e procuramos nelas sossego, tranquilidade ou paz. Mas elas não são capazes de nos oferecer isso, pois elas não vêem as pessoas que as veem como pessoas. Elas são feitas por seres humanos, mas elas não têm consciência de si, porque são operadas por máquinas. E os donos das máquinas lucram ao explorar essa compulsão, porque o que move a produção de novas imagens é a insatisfação com as que se tem. Assim como um alcoólatra que quer a última dose, nós também nos movimentamos teologicamente em relação às imagens: desejamos uma última, a redentora, a que acabe com a busca frenética e jamais alcançada.

Por que razões criaturas traumatizadas pela falta de atenção procurariam proteção justamente naquilo que as privou da atenção? Por que buscam apoio naquilo que lhes tirou o apoio?



Saindo do Senso Comum em 60 Minutos

Seres humanos, por necessidade, foram forçados a criar uma versão da natureza, ou seja, sua sapiência rompeu com a interpretação animal de mundo. Essa ruptura se chama *homo sapiens*. O animal não é tão equivocados, mas o ser humano é um animal que se engana e erra o alvo constantemente. Alguns buscam se preservar destruindo-se, aliando-se a poderes que se voltam contra eles mesmos, como na filiação a movimentos totalitários – em que há apenas um que dita o que é real e multidões o seguem. A busca de uma imagem forte – um corpo coletivo blindado – e que protegeria contra as ameaças da natureza interna e externa foi compulsivamente tornada pública pela propaganda nazista. Mergulhando mais ao fundo na história humana, no princípio da humanização, a melhor explicação que conheço desta imagem idealizada é que ela responde a uma necessidade fisiológica básica, ou seja, uma compulsão à repetição traumática do susto, uma reação frente aos atos que a natureza impingia contra seres que se sentiam inferiorizados e indefesos frente às suas forças e incapazes de compreendê-las. Essa necessidade fisiológica de reagir submergiu na cultura dando lugar à reflexão propriamente humana, ao pensamento: a mera reflexão física (reação) deslocou-se e deu lugar à reflexão (pensar ativo). Mas isso só se deu devido à reelaboração daquilo que não se dominava, ou seja, um operar constante sobre um indomável, até o ponto de suportá-lo, de torná-lo familiar. Essa é a passagem à cultura. As distintas percepções, não mais coladas à natureza exterior, conseguiram, de certa forma, e sempre, e até hoje de forma precária, antecipar dor e sofrimento, tornar de certa forma familiar o estranho.

Segundo Tūrcke (2010), foi preciso milênios para que a sensação animal descesse da escada até se tornar sensação ou sensibilidade humana. Porque ainda não tinham construído um espaço mental capaz de acolher as imagens e percebê-las enquanto imagens de percepção e representação. A humanidade primitiva vivia alucinada, ou seja, ainda não havia aprendido a distinguir entre alucinação e



Saindo do Senso Comum em 60 Minutos

representação. O mundo interno e o mundo externo se confundiam. A conquista dessa diferenciação deve ter durado a era paleolítica inteira e se chama cultura. Milênios depois, no século XX, a maquinaria técnica das imagens tem à disposição essa separação e intervém neste subsolo alucinatório, que foi recalçado para formar a consciência humana, e tende a desfazer essa linha divisória, essa diferença entre alucinação e representação. A câmera é, de certa forma, psicótica, pois ela não distingue entre percepção e representação. As imagens mentais internas são fracas, de pouca resolução. Elas não são páreo para as imagens externas, as imagens técnicas. Neste sentido, o efeito da imagem técnica tem uma tendência psicotizante. Ela pode destruir a concentração motora, a afetiva e a mental. É notório na escola, principalmente, no ensino fundamental: raros são os momentos em que os alunos se retêm para escutar a professora ou o professor. Mesmo em classes mais crescidas, a não ser que o professor seja a própria encarnação do terror, demora tempo para que um clima propício ao início de uma aula seja estabelecido. Muitos profissionais da educação se queixam de que não mais conseguem criar um ambiente de “sustentabilidade” que acolha os conteúdos por eles ensinados.

Às vezes, a percepção que temos, como professores, é que estamos “empurrando” o conhecimento tal como Sísifo empurrava a pedra até o alto da montanha. Quando ele alcançava o cume, ela desmoronava. O aprendiz e seu pensamento sofrem com isso, pois os conteúdos são captados de forma fragmentária; o aluno não consegue mais formar associações coerentes, e na hora da prova não são capazes de devolver o aprendizado de forma inteligível. Isso não é um problema individual. É todo um sistema e regime de atenção que está em questão. De diferentes formas, todos (professores, gestores, políticos, alunos) são responsáveis pelo fracasso

do sistema escolar. Todos nós contribuimos para reproduzi-lo. Criticar seus limites não quer dizer que devemos abandonar tudo. Não adianta se desculpar e culpar só o



sistema escolar.

Todavia, por outro lado, não é um problema que não tenha que ser encarado pelos indivíduos. Se o aluno aprende “tudo”, mas não consegue “reter” nada, ele é quem vai se dar mal na hora da cobrança decisiva sobre o que sabe ou não sabe, sobre o que reteve ou não, sobre o que aprendeu. Este tipo de conduta nos leva à outra pergunta.

O excesso de estímulos, de sensações, de cortes abruptos proporcionados por imagens que deslizam sobre nossos olhos, sem se demorarem em assunto algum, mas passando rapidamente para o próximo, não estaria mexendo com a estrutura da atenção, com a capacidade de parar e prestar atenção a algo enquanto algo? Nada mais seria “sagrado”; tudo tenderia a se tornar “profano”? Teria chegado o momento em que agora as máquinas pensam por nós?

Em seleções ou concursos públicos a mudança de métodos na abordagem de um assunto pode ser contabilizada como critério de valor diferencial, um ponto a mais. Ora, isso só pôde surgir num momento em que os homens reduziram seus pensamentos aos padrões das máquinas por eles criadas, pois elas conseguem com muito mais habilidade nos transportar de um espaço e tempo para outro. Para outras formas de transmissão do conhecimento pode revelar-se bem pobre. A capacidade da imaginação técnica não é pensamento vivo, mas ela revela quanto o maquinário da imagem é capaz de penetrar nosso pensamento, nossa perceptividade, nossas sensações e emoções. A cobrança social, no fundo, bem ou mal, é que nos comportemos, e não de que atuemos ou ajamos de forma pensada. O maquinário da imagem é capaz de substituir a força da nossa imaginação interna por suas imagens



Saindo do Senso Comum em 60 Minutos

externas, com muito mais “resolução”. O que é diferente e não deve ser esquecido é que a forma da repetição humana é diferente da repetição maquinal. Há um descompasso entre o ritmo da velocidade de um e outro. Há máquinas que “aprendem” ou evoluem no interior de suas próprias programações. Animais também aprendem com suas experiências. Mas o tempo do aprendizado humano é singularmente diferente de animais e de máquinas. Se uma criança for estimulada a aprender ao ritmo de uma máquina é possível que ela tenha a sensação de que está aprendendo muito, mas o que ela pode reter é bem pouco. Ou seja, ela pode receber informações sobre tudo, mas não assimilar ou conhecer nada do que viu ou ouviu. Portanto, nem mais ser capaz de reeditar o primeiro gesto humano que foi o acontecimento por excelência, e que, na opinião do filósofo Christoph Türcke (2016, 1910), crítico da sociedade dominada pela microeletrônica, foi o choque, o susto, o pavor. Apenas milênios após este acontecimento é que os filósofos gregos falaram na admiração ou no espanto como uma atitude genuinamente filosófica frente à realidade.

Se o modo de produção e de comunicação do conhecimento e o modo de relação entre as pessoas se fundirem nesta construção de mundo governado e comandado por forças técnicas externas à própria imaginação e pensar, estaríamos retornando a um estágio primitivo, a um momento da pré-histórica história humana em que a barreira que separava alucinação e representação ainda não havia sido sedimentada. O perigo apontado por ele é o de que percamos nossa própria capacidade de sonhar nossos próprios sonhos e consumamos sonhos prontos, como mercadorias num supermercado. Ou seja, como consumidores humanos, seríamos consumidos por nossos próprios produtos.

Em suma, para sair do senso comum propomos clarificar o uso da palavra **sensação** e da palavra **vício**, pois o entendimento do vício em imagens está



relacionado ao entendimento do vício em sensações.

Para responder a esta pergunta seguimos o pensamento do filósofo Christoph Türcke. Vamos fazer um resumo dos pontos fundamentais:

1º) A “filosofia concerne à relação do geral e do particular” (TÜRCKE, 2016, p. 9). A palavra “sensação” seguiu, historicamente, um padrão de deslocamento semântico verificável, analogicamente, em relação a muitos outros termos: do geral ao particular, ou seja, “de percepção totalmente comum para a percepção do incomum e finalmente para este próprio incomum” (TÜRCKE, 2010, p. 9). Portanto, do geral para o particular e, por fim, para o próprio particular.

2º) “Vício ou dependência significou principalmente doença. Nos dias atuais, tal palavra é aplicada apenas em relação a determinados estimulantes” (TÜRCKE, 2010, p.9). Isso significa que hoje, para que algo cause sensação ou mesmo seja considerado vício, tem que ser sensacional, excepcional, espetacular, do contrário não é digno de menção, não mais chama a atenção e, genericamente, tende simplesmente a desaparecer diante dos nossos olhos. Na linguagem de alguns grupos de jovens: “Não dá nada!”. Vivemos em busca de sensações e, por terem que ser excitantes, sensacionais, uma ligação com o vício pode ser constatada: se quer cada vez mais, por se sentir cada vez menos satisfeito com as que se tem.

3º) Tal como a sombra segue o corpo, a dinâmica capitalista do crescimento econômico também segue essa tendência sistemática – e essa vontade de sistema e aparentemente perfeita é fechada sobre si mesma, sem furos. Assim, a abstinência de sensações dignas de menção pode levar a uma busca compulsiva, tal como a abstinência determina a busca da substância pelo viciado. A compulsão leva à repetição. O uso repetido da substância se torna compulsivo, ou seja, ao mesmo tempo em que ela impulsiona o sujeito à busca, ele também é impulsionado a ela. Nisso reside um momento de liberdade do sujeito, pois se ele não se declarar derrotado e



Saindo do Senso Comum em 60 Minutos

mera vítima mortal (um animal, portanto), ele pode sair deste círculo vicioso repetitivo. Mas não há regra geral que diga se o sujeito sairá ou não, uma vez que isso depende de seu desejo e, caso ele esteja dominado pela substância, depende da busca de um tratamento.

Uma vez que proteger-se contra o excesso de estímulos das imagens é uma operação necessária, uma espécie de legítima defesa dos sentidos humanos para manter a consciência capaz de apreender a realidade e não aluciná-la, que terapias são possíveis e eficazes para proteger-nos dos choques? Como evitar a tendência da desintegração do sensorio humano pela distração sistemática da atenção? Quais seriam as terapias possíveis para o vício em sensações e imagens?

Uma das terapias possíveis, tanto para o vício em substâncias que causam dependência física ou psíquica, quanto para a dependência de imagens, é a estratégia de redução de danos. Administrar a si mesmo pequenas doses de estimulantes – quer sejam substâncias ou imagens – é uma estratégia que pode evitar um mal maior, ou, ao menos, uma possibilidade de governo de si. Isso implica também, em termos de economia pulsional, uma certa castração, ou seja, não querer ganhar sempre mais do que se tem, uma vez que é preciso admitir que a experiência humana, que daí se originará, implica em reparar, ou melhor, parar para que a perda seja redimida e resguardada como uma conquista. Observem, esses termos que estou utilizando são da teologia, mas aqui eles fazem todo o sentido e podem ser aplicados à fisiologia humana. O sentimento religioso já foi descrito por muitos historiadores da religião como o sentimento mais profundo. Mas eles nunca se perguntaram de onde esse sentimento foi originado – uma vez que não havia deus no início. Assim, se as percepções comuns



Saindo do Senso Comum em 60 Minutos

e gerais de nossa vida cotidiana, ou mesmo pequenas doses de substâncias estimulantes, tendem a não mais serem percebidas ou sentidas, é porque a sensação humana, em seus inícios, foi sensação do excepcional, do sagrado, do que poderia, com um pequeno gesto - raio e trovão, *tsunami* - acabar com tudo. E, no contexto atual, ainda esperamos por esta manifestação. Isso explica porque a maquinaria da imagem dirige a percepção para aqueles momentos que “fazem sensação”, que se destacam das percepções comuns e banais e provocam uma percepção incomum. Isso explica também, por analogia, a “ligação” da droga que dá uma “paulada”, um frenesi digno de menção. Uma vez que a publicidade também aposta nisso, ela pode ser considerada como um agente destruidor da subjetividade. Para que suas mercadorias sejam percebidas em meio à multiplicidade difusa da oferta, ela ordena: “Olhe para cá!”, “Presta atenção!”, “Compre-me!”. O deus antigo também exigia ser olhado e ouvido. Sua escuta e visão, porém, não impedia que ele se manifestasse com a destruição.

Num segundo movimento, para continuar respondendo, expomos que quem presta atenção às telas da televisão, do cinema, do computador ou do *smartphone*, às vitrines e aos altares, vincula sua economia psíquica e intelectual a elas, ou seja, se dedica a elas, presta atenção, espera algo delas e, com isso, cria uma dependência, um desejo e crença em algo novo que acabe com a sensação de que as vivências e experiências sociais cotidianas não sejam vazias de sentido. Esta promessa despertada pela aparência das imagens jamais é cumprida, uma vez que há sempre mais e mais imagens fascinantes e um aumento do desejo por vivenciar sensações mais fortes. Tal é também a estrutura do vício.

Türcke argumenta que a partir da Revolução Microeletrônica a repetição de choques por parte da metralhadora audiovisual se tornou uma constante que administra injeções sensuais que, se por um lado, aplicadas em pequenas doses, podem estimular o sistema nervoso e sensorial que as recebe, contribuindo para o



Saindo do Senso Comum em 60 Minutos

desenvolvimento do potencial criativo de indivíduos ou equipes, por outro, pelo excesso de suas emissões, o estafa, estressa e anestesia, funcionando como um vampiro audiovisual que rouba sistematicamente a atenção por meio da exigência excessiva da própria atenção, e que se materializa no corte abrupto das imagens e sons que deslocam constantemente o foco da percepção. Para dar conta desse novo regime social ou cultural da atenção, Türcke criou o conceito de “distração concentrada”. Assim, conforme o autor, “toda a existência começa a depender, de uma forma absurda, de estar presente, de ser percebido ou perceber, de estar esteticamente presente, enfim, de estar ‘aí’” (2010, p. 267). “Ser é ser percebido” e “ser é perceber” – tais são as fórmulas que regem a percepção individual e social na era da microeletrônica e do capitalismo estético.

As compulsões eletrônicas, o dedo clique, a resposta rápida entre sim ou não quanto a aderir ou não à paralisação do trabalho ou a entrar em greve – essa forma não dá demonstração que hoje, na época dominada pela microeletrônica, vivemos um certo tédio da democracia em escala global?

Sim. Podemos associar isso com o fato de que os processos microeletrônicos se tornam cada vez mais autônomos, e que, para os compulsivamente viciados, os tecnicamente compulsivos, a participação em instituições democráticas importa cada vez menos. As instituições democráticas e os processos de discussão e tomada de decisões coletivas passam a ser vistos como entidades cada vez mais desinteressantes, dado o individualismo reinante e a falta de empatia social. O efeito de choque da imagem, a sensação que ele causa, nos deixa com outras perguntas para responder que não couberam nesta conversa: O que regula a comunicação social hoje? Qual é o paradigma dominante? Uma resposta sucinta poderia ser esta: Você



Saindo do Senso Comum em 60 Minutos

deve causar sensação, fazer comercial ou publicidade de si mesmo. Não é esse o uso predominante do *facebook*?

Referências

TÜRCKE, Christoph. **Sociedade excitada – filosofia da sensação**. Campinas : Ed. da Unicamp, 2010.

_____. **Hiperativos! Abaixo a cultura do déficit de atenção**. São Paulo : Paz e Terra, 2016.



A casa, a escola e a rua: espaços de jovens na cidade

Carmen Brunel⁴

Conhecer o jovem estudante, para além dos limites da escola, ampliando a análise para outros espaços e outras práticas não-escolares, foi o objetivo central deste estudo. Para tanto, foi necessário conhecer o cotidiano de uma parcela de jovens que estuda na periferia da cidade de Porto Alegre, os espaços nos quais eles transitam e as práticas sociais desenvolvidas por eles nesses espaços.

A escolha por essa temática tem na sua base a intenção de estudar o jovem, dentro de um contexto de profundas transformações, tanto no que diz respeito à definição da categoria *jovem* nas últimas décadas quanto no estabelecimento de novos comportamentos juvenis e de novos espaços por eles trilhados.

A pesquisa empírica desenvolveu-se em três escolas da rede pública de ensino localizadas na periferia da cidade de Porto Alegre, duas delas de Ensino Fundamental e uma de Ensino Médio. Em um primeiro momento, foram aplicados 266 questionários aos alunos das três escolas. Após essa fase foram entrevistados 112 alunos e desses foram escolhidos 11 jovens para novos diálogos e novos encontros.

Para Sposito (2003), a instituição escola tem ocupado o centro da reflexão sociológica sobre a educação no Brasil. Entretanto, a autora acredita que o estudo de outras situações educativas e de outras práticas socializadoras, observadas na família, na vizinhança, na rua, nos grupos de jovens que se reúnem dentro e fora da escola, nos movimentos sociais e no convívio com os adultos tanto na esfera pública quanto na esfera privada podem se apresentar como um caminho promissor na ampliação das análises sobre a escola e sobre os jovens.

⁴ Professora Municipal, Doutora em Educação pela UFRGS e pesquisadora



Saindo do Senso Comum em 60 Minutos

Durante todo o tempo da pesquisa, os jovens foram questionados sobre:

- os espaços que eles ocupam na cidade;
- as atividades realizadas por eles cotidianamente;
- as dificuldades que os impedem de transitar livremente nos diversos espaços da cidade;
- os espaços nos quais eles preferem transitar;
- como percebem a cidade onde vivem e o que eles exigem para que ela seja um lugar melhor para viver;
- questões referentes à família, trabalho, participação em grupos de sociabilidade e sobre o espaço escolar também foram contempladas.

Ouvir os jovens atentamente e deixar que falassem sobre os espaços e as práticas sociais que desenvolvem cotidianamente tanto na escola quanto nos mais diversos espaços da cidade, teve por objetivo abrir um canal para que, a partir da sua palavra e da sua percepção de mundo, cada um pudesse dizer como vive, o que deseja no momento atual para ter uma vida melhor e o que espera e projeta para o futuro.

Cenários Juvenis na Cidade

A primeira impressão que tive no contato com os estudantes é que eles estavam circunscritos ao seu bairro, sem acesso a outros espaços na cidade e sem a possibilidade de intercâmbio com outros jovens, de outras classes sociais ou de outras tribos. Penso que esta impressão, em um primeiro momento, foi pertinente se considerarmos que vivemos em uma sociedade excludente, preconceituosa e extremamente consumista, o que não é exclusividade da sociedade brasileira, mas de



Saindo do Senso Comum em 60 Minutos

uma “ordem econômica mundial” que aceita e reverencia a todos aqueles que estão no topo da pirâmide social. Entretanto, na convivência diária descobri que muitos deles conseguem inserir-se, mesmo que temporariamente, em outros espaços fora do bairro, apesar das inúmeras dificuldades vividas diariamente.

A questão do acesso, ou do não acesso, aos mais diversos espaços da cidade, as poucas opções de lazer no bairro e a falta de dinheiro para a locomoção ou eventual compra de ingresso para assistir a um show ou para a entrada em uma festa, foram algumas constatações percebidas já nos primeiros encontros.

No decorrer do tempo, foi possível perceber que muitos deles estão sem dinheiro para o ônibus, que há poucos locais de lazer na vila onde moram, e, no caso das meninas, as oportunidades limitam-se, talvez por uma questão cultural que preconiza que “lugar de menina é dentro de casa” ou pela “responsabilidade” de cuidar das crianças ou dos doentes da família, e ainda realizarem grande parte dos afazeres domésticos.

Existe, também, a questão da violência, que atinge a todos, cerceando espaços e preocupando os pais e até mesmo os jovens. No entanto, essa preocupação parece ter um peso maior quando se trata das meninas, como fator limitante para saídas em direção a outros espaços fora da comunidade. O medo que os pais e os irmãos têm de que as meninas sofram violência de toda a ordem ficou muito evidente nos diálogos, até mais do que nos depoimentos das próprias estudantes.

Assim, o espaço da casa, para os pais, é mais apropriado para as meninas. Conseqüentemente, as práticas de lazer realizadas por elas, na maioria dos casos, estão circunscritas a redes de sociabilidade ligadas à família e à vizinhança. Sair com os pais para festas em casa de parentes, conversar com as amigas no portão ou na pracinha próxima de casa, bem como o tradicional churrasco de domingo e o culto religioso ocupam um tempo significativo na vida delas.



Saindo do Senso Comum em 60 Minutos

O medo dos assaltos, dos tiroteios na comunidade, dos espaços dominados pelas drogas, principalmente à noite, também é fator limitante ao acesso dos jovens a determinados espaços dentro da comunidade e na cidade como um todo. A questão econômica também apareceu como outro fator limitante para a circulação dos jovens da periferia em determinados locais da cidade, reforçando o olhar estigmatizante dos moradores de bairros considerados de nível social mais elevado, principalmente, no que se refere às roupas usadas, à maneira de ser e de falar dos jovens da periferia. Essa limitação é vivenciada na prática pela falta de dinheiro para o transporte, pela impossibilidade de comprar ingressos para assistir a *shows* ou a eventos juvenis e para a compra de roupas da moda, as chamadas roupas de *grifes*, valorizadas por meninas e meninos de todas as classes sociais.

De outra parte, foi surpreendente saber que nem todas as portas estão fechadas, que eles encontram “brechas” neste caminho que os possibilita interagirem com outros grupos em outros espaços da cidade, proporcionando intercâmbios artísticos, de saberes e de lutas possíveis, visando uma outra concepção de mundo, mais fraterna, solidária e aberta às diferenças (Brunel, 2013).

Na fala dos jovens, pareceu-me que, mesmo sofrendo as vicissitudes do seu tempo, eles sentem-se na obrigação de construir um mundo melhor. No entanto, o desejo de mudança, de entender o que está acontecendo e de construir um mundo de possibilidades iguais, gera neles sentimentos contraditórios, que podem ir da euforia para a apatia ou vice-versa, e, em alguns momentos, chegar à revolta.

Carlos, 15 anos, estudante de uma escola pública municipal, ao referir-se ao preço da passagem de ônibus, expressa um tom de indignação e raiva. Para ele, este é um fator que restringe os seus passos e dificulta o acesso a outros espaços fora do bairro, fechando portas e o excluindo de futuras oportunidades.



Saindo do Senso Comum em 60 Minutos

O problema dos cursos fora da vila é a passagem, e eu não entendo porque eles sobem, a gente não pode pagar. Eu não tenho culpa de não ter passagem. Eu fico com raiva (Carlos, 15 anos).

Essa raiva contundente frente a uma situação comum vivida pelos jovens demonstra consciência ante uma injustiça social que acaba contribuindo para que eles não tenham acesso a espaços e a oportunidades que poderiam melhorar sua vida e afastar o fantasma do isolamento em que muitos jovens da periferia caem.

Em relação à escola, esse é um espaço multidimensional que pode ser analisado, também, considerando as referências que os jovens têm dos outros dois espaços (casa e rua). Para os jovens, a escola é o local da ordem que como a família, tem regras e deveres a cumprir. Por outro, ela é o pátio, o local central do encontro, do movimento, do correr, do suar, das brigas, do namoro e do convívio mais próximo com os colegas.

Para Charlot (2000), os jovens, em geral, acreditam que a escola seja um lugar de normas, de horários e do cumprimento de deveres. Eles cumprem um ritual, vão à escola, fazem os deveres, ouvem o professor e vão embora. Para a maioria deles, aprender na escola é diferente de aprender na vida. Na escola se aprende a escutar e a repetir, e na vida é preciso observar e refletir para sobreviver e superar as dificuldades do dia a dia.

A escola, mais do que um espaço de aprendizagem didática é também um espaço de sociabilidade. A escola, para os jovens, é a alegria de estar com os colegas e a possibilidade de participar das diversas atividades culturais ali desenvolvidas, bem como, um trampolim para levá-los a outros espaços, para conhecer novas pessoas e para conseguir um bom emprego. Mesmo que a percebem como insuficiente para tal tarefa, eles ainda apostam na escola como uma via possível de conquistar bens legítimos, abrindo caminhos e possibilidades de trânsito livre por outros espaços



diferentes dos seus, constituindo-se, nesse sentido, em um passaporte para alçar voos maiores.

Reflexões finais

Na convivência com os jovens uma multiplicidade de práticas sociais e espaços juvenis puderam ser identificados. No universo estudado, foi possível perceber que, entre amigos, vizinhos e colegas da mesma classe, existem jovens com atitudes, preferências e pensamentos completamente diversos.

Eles falaram da importância do espaço familiar, do espaço da casa como lugar de segurança, intimidade e de lazer também. Muitos citaram a própria casa e a casa de amigos e familiares como espaço de encontro, festa e alegria. Nesse contexto, percebe-se que, cada vez mais, a sociabilidade juvenil é vivida na própria casa e na casa de parentes e amigos. O lazer público assim vai dando lugar ao lazer privado.

Em se tratando dos espaços percorridos fora do bairro, os parques foram os mais citados na fala dos jovens. Além do prazer de estar ao ar livre, só ou com amigos, são espaços onde a natureza parece ter o poder de os acalmar e onde eles não precisam pagar ingresso para se divertirem. Abarcam um contingente enorme de pessoas, oriundas dos mais diversos lugares e classes sociais, acolhendo diferentes grupos juvenis no mesmo ambiente.

Entretanto, alguns problemas sociais e econômicos enfrentados pelos jovens são a base da interdição e do cerceamento de espaços e práticas sociais cotidianas. A falta de dinheiro para a passagem, a discriminação que sentem em determinados lugares e a dificuldade de interlocução com outros jovens de outros bairros e de outras classes sociais contribuem para que eles permaneçam boa parte do tempo na sua comunidade.



Saindo do Senso Comum em 60 Minutos

No caso das meninas, a dificuldade de circulação pela cidade ficou mais evidente. Muitas saem do bairro somente com os familiares. Nos finais de semana, a maioria visita amigos próximos ou parentes e, algumas, passeiam nos parques da cidade ou vão para algum *shopping center*.

Em se tratando do espaço escolar, os jovens acreditam que, por um lado, esse é o espaço de aprender a falar bem, de saber o que está acontecendo no mundo, de dividir o que aprendem com os outros, de entender melhor o que as pessoas dizem e de preparação para entrar na competição ou conquista por um emprego no mercado de trabalho. Por outro, é o local de encontrar os amigos, de participar de oficinas, de namorar, de conhecer pessoas novas, de jogar futebol e de organizar festas e torneios.

Conviver com os jovens, conhecer seus espaços e suas práticas sociais cotidianas possibilitou-nos conhecer uma parcela dos jovens das classes populares que habita a cidade. São jovens que moram na periferia da cidade de Porto Alegre, estudantes de três escolas públicas, que, com seu carinho, generosidade e muita vontade de serem ouvidos, nos apresentaram um cenário social e geográfico, recheado de alegrias, medos, criatividade, cultura e muita vontade de aprender.

Referências

BRUNEL, Carmen. **A casa, a escola, a rua: espaços de múltiplas práticas juvenis**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber. Elementos para uma teoria**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

SPOSITO, Marília Pontes. **Uma perspectiva não escolar no estudo sociológico da escola**. In: REVISTA USP. São Paulo. n.57, p. 210-226. Março/maio, 2003.



Casos e acasos: experimentações docentes

Mely Cimádevila³

Esta comunicação propõe a reflexão sobre minha trajetória como professora da Educação Básica, com trânsito por Viamão, Canoas e Porto Alegre. Primeiramente, aponto a “juventude” desse trajeto e o considero assim por dois motivos: pelo tanto de inquietação que o produziu e pela inserção profissional tardia, já que teve início em 1993, aos trinta e três anos de idade. Posteriormente, o relato apresenta a minha práxis, vivenciada inicialmente em escolas confessionais Marista, Metodista e Franciscana. Trabalhei na Rede Pública Estadual, em escolas inseridas na Fundação de Atendimento Sócio-Educativo (FASE) em Porto Alegre, assim como na 1ª Coordenadoria Estadual de Educação (1ª CRE), enquanto assessora técnica pedagógica da Educação Especial. Atualmente, sou professora do atendimento educacional especializado (AEE) em uma sala de recursos de escola regular no atendimento aos alunos em situação de inclusão escolar.

Posso dizer que grande parte da minha prática se deu como professora de química no Ensino Médio (EM) e que já em 1993, considerava incômodo os índices de reprovação desta etapa da Educação Básica. Isso se dava, principalmente, quando olhava os índices relativos à disciplina de química. Esse foi o primeiro disparador da busca por alternativas pedagógicas. Nessa época, me ative mais às questões voltadas à minha própria prática docente, dedicando-me ao estudo do método e da didática desse ensino. No entanto, já fazia discussões para ampliação desse olhar. Em 1998, entrei em contato com as reflexões sobre Interdisciplinaridade, que já era temática das formações pedagógicas no Instituto Porto Alegre da Igreja Metodista (IPA), escola onde atuava.

Interdisciplinaridade fica mais claro quando se considera o fato trivial de que todo conhecimento mantém um diálogo permanente como os outros conhecimentos, que pode ser de questionamento, de confirmação, de complementação, de negação, de ampliação, [...] BRASIL (1999, p.88).

³ Mely Cimádevila é pesquisadora do Grupo Teias/UFRGS com projeto de desenvolvimento e aplicação de tecnologias para aprendizagem em Ciências para estudantes com deficit de comunicação.



Saindo do Senso Comum em 60 Minutos

Meus projetos no âmbito escolar já estavam “caminhando” em direção à construção interdisciplinar, pois vinha trabalhando em uma constante alternância entre forma e método. Utilizava de temáticas amplas no contato com colegas de outras áreas do conhecimento, produzindo vários materiais e utilizando técnicas e estratégias diversas para dar conta da não aprendizagem dos meus alunos.

Nessa mesma época, havia também um apelo forte pela absorção das novas tecnologias, em especial na área de informação, para a prática diária dos professores, intensificando a necessidade de reflexão sobre o meu papel profissional. Com tabelas periódicas virtuais e interativas construídas pelos alunos do segundo ano do EM – onde os alimentos apontavam os elementos químicos; passando por oficinas para os anos iniciais do Ensino Fundamental sobre transformação de materiais, acidez e basicidade da cozinha de casa, por exemplo, fui traçando o meu perfil profissional. O exercício criativo dos projetos e oficinas, desenvolvidas por alunos do segundo ano do EM, é que me permitiram a vivência mais próxima do que entendia sobre interdisciplinaridade. Estes projetos eram orientados por professores de química, física e biologia, que juntos no mesmo período e com a mesma turma, orientavam e discutiam as propostas, as experimentações e as adequações necessárias, no laboratório de ciências da escola.

Cabe salientar que os projetos eram desenvolvidos nas aulas no laboratório, que ainda eram movimentos pontuais e que a minha prática diária nas aulas de química ainda permanecia bastante atrelada aos conteúdos curriculares, com foco no vestibular. Mesmo ofertando aos alunos a possibilidade do desenvolvimento desses mesmos conteúdos de forma significativa e processual nos projetos aplicados no laboratório, isso não ocorria o tempo todo. Permanecia ainda em mim a inquietação, o incômodo do início desta trajetória como professora, quando já havia uma necessidade de busca de um sentido para o meu fazer pedagógico.



Saindo do Senso Comum em 60 Minutos

Meu ingresso por concurso no ano 2000 na Rede Pública Estadual intensificou a minha necessidade de estabelecer parcerias, de fazer novas formações e de aumentar o contato com professores de outras áreas do conhecimento. Precisava encontrar o tal “sentido” do meu fazer docente, afinal os espaços de trabalho variavam e a diversidade do alunado também, alimentando a busca pela reflexão com outros pares e a busca por formação. Estava mais claro, para mim, a importância do trabalhar para além do que comportava a disciplina de química. Dessas práticas e reflexões da trajetória profissional até então, fui percebendo conexões através do trabalho com diversas formas de comunicação durante o processo de ensino e aprendizagem. Em grande parte, estas formas de comunicação eram mediadas pelas tecnologias, mas sempre buscando ensinar ciências de forma imersiva. Encantava-me a ideia de fazer da sala de aula um laboratório de experimentações e reflexões e, da escola e sua comunidade, a fonte desse laboratório.

Não mais me moviam só as questões referentes ao método ou a didática de química, nem somente os índices de reprovação. Somaram-se a isso tudo, os dados de evasão escolar no Ensino Médio das escolas públicas e a importância do contexto sociocultural existente. Para todo lado, em todo lugar onde atuava como professora percebia a urgência da reflexão/ação com todos os atores da escola, com a comunidade e com as políticas públicas para esta etapa de ensino. A troca entre pares, tão somente, já não respondia nos contextos em que atuava, tanto nas escolas particulares como nas públicas. Nesse sentido, fui me impregnando de outros querereres, fazeres e saberes. Outras leituras foram sendo necessárias e o autor Paulo Freire, que me acompanha desde o início da vida profissional, precisava dialogar com mais autores, como Vigotsky e mais recentemente, Maturana. O exercício de leitura me impulsionou a buscar novas formações pedagógicas, voltadas principalmente às tecnologias em educação.



Saindo do Senso Comum em 60 Minutos

Mas, o que realmente me mobiliza? A escola básica persistiu sendo pautada, embora seja possível reconhecer que houve avanços significativos. Percebe-se uma expansão principalmente no EM. Já se notava e hoje se constata, que o acesso e a permanência nesse ensino devem também ser assegurados. Com a expansão da procura, a escola foi se tornando cada vez mais múltipla. A diversidade do alunado ocorria, principalmente, pelo movimento crescente do direito de inclusão das crianças e jovens com necessidades especiais no ensino. Tal fato avançou, significativamente, a partir de 2008, quando se insere na Constituição Federal com caráter de emenda, a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Com tal ato, tanto professor como escola, se viram desafiados. Como parte das medidas da política pública com relação ao processo de inclusão escolar, além de espaços, salas de recursos, materiais, computadores, impressoras, jogos pedagógicos e recursos para acessibilidade para funcionamento do Atendimento Educacional Especializado nas salas de recursos; passaram a ser ofertadas várias possibilidades de formação continuada, principalmente, através das Instituições de Ensino Superior. Nesse contexto, avalio que minha trajetória docente teve vários pontos de contato com essas transformações, principalmente na forma como fui lidando com a diversidade do alunado e dos próprios espaços escolares, onde transitava nas 60 horas de trabalho que mantive durante boa parte da minha vida profissional. Cada vez mais fui desenvolvendo projetos com foco no encontro com o contexto sociocultural do universo onde se inserem.

Esse fazer docente movia-me, sua construção histórica e temáticas atemporais por exemplo, falar da adolescência a partir dos relatos dos próprios adolescentes no projeto “Tudo por Amor”, no qual as letras das músicas de então eram discutidas e reescritas em uma ótica de valorização da mulher. Era fundamental refletir a instituição família na sua construção histórica e social, através dos retratos das mesmas com seus



Saindo do Senso Comum em 60 Minutos

diversos arranjos familiares. Da mesma forma, cabia falar das sensações e emoções próprias das descobertas do adolescente com o próprio corpo e o do outro, olhadas nos seus aspectos orgânico e psicológico. Rendia muito discutir a cena cultural e social dessa década (anos 90), refletindo sobre os comportamentos esperados e os sentimentos gerados pelas expectativas da sociedade e da família com relação ao futuro desses jovens. Sempre que possível, também olhar para a postura física do adolescente na sua relação com o universo emocional. Estas foram e são temáticas para desenvolver atividades que permitam que professores de química, biologia, filosofia, sociologia, artes, ensino religioso, espanhol, fisioterapia, terapia ocupacional por exemplo, encontrassem (e encontrem ainda hoje), conexões de conceitos e currículos para dar conta da proposta em uma interação da Educação Básica com o Ensino Superior. Essa experimentação se deu em 1999, no Instituto Porto Alegre da Igreja Metodista (IPA), hoje Centro Universitário, mas poderia se dar agora em outro espaço escolar. Posso dizer o mesmo do trabalho que paralelamente construí ao do IPA, na FASE; desenvolvendo parcerias com meus colegas professores para projetos nas escolas estaduais ali inseridas, primeiramente na EEEM Tom Jobim, no Complexo Cruzeiro e, em 2007, também na EEEM Senador Pasqualini, no Complexo Padre Cacique. Desse trabalho desenvolvido destaco o projeto de um jornal com uma proposição pedagógica que sinalizava: a “FASE é uma FASE”, desenvolvido na EEEM Senador Pasqualini, onde os adolescentes organizaram artigos e/ou pequenas notas, sobre temas variados, como o descarte de pilhas e os cuidados com as substâncias que ali estavam presentes, já que a sua utilização dentro das unidades era controlada e a parte metálica do seu invólucro era retirada antes da utilização, por exemplo. Outra temática proposta dava foco à reciclagem de papel e garrafas *pet*, a produção artística dos internos e as oficinas promovidas pela Instituição, entre outros temas. Sempre trabalhando conceitos científicos próprios a esse ensino, mas a partir do que se



Saindo do Senso Comum em 60 Minutos

desenvolvia no contexto da medida sócio educativa. Os assuntos eram trabalhados em aula, montados no laboratório de informática existente na escola, utilizando o *Publisher* – aplicativo do Office para publicações. O jornal com forma e aspecto de jornal, retornava ao aluno através da monitoria da FASE e este divulgava entre colegas e familiares, quando se faziam presentes. O processo era longo, pois não utilizava pesquisa na internet. O material teórico era selecionado por mim e salvo em pastas na área de trabalho dos computadores, por temáticas e as imagens da mesma forma. Os alunos escolhiam textos e imagens que eram salvos em outra pasta criada com seu nome e turma. O empoderamento do ‘Ser autor’ de uma comunicação organizada e, a prática diária com a tecnologia (incorporada a cada novo projeto), foi sendo compartilhada entre todos, tornando-se fundamental para o avanço pedagógico desses alunos. No entanto, o avanço não poderia ser balizado com base na listagem de conteúdos proposta para o EM, mas na qualificação da aprendizagem e apoio ao desenvolvimento de conceitos científicos constantes nessa listagem. No ano seguinte fui convidada a trabalhar na 1ª Coordenadoria Estadual de Educação, como assessora técnica.

Tanto os projetos desenvolvidos no IPA como os desenvolvidos na FASE foram produzidos artesanalmente e diariamente por vários professores que se associaram à ideia e não entenderam como perda de tempo trabalhar em um projeto. Considerei que a aprendizagem e a ensinagem avançaram como nunca, e que, fundamentalmente, o sentido dessa aprendizagem saiu do plano de aula para a realidade cotidiana das classes. As relações modelo custo X benefício são particulares e institucionais, por isso também agradeço, sempre que tenho oportunidade, às instituições que citei, por viabilizarem a realização dos projetos aos alunos que participaram, e a nós professores envolvidos.

Hoje, move-me a prática docente em uma Sala de Recursos, sou professora do



Saindo do Senso Comum em 60 Minutos

AEE, organizo atividades e recursos pedagógicos e de acessibilidade, de forma a complementar ou suplementar à escolarização dos estudantes em situação de inclusão escolar. Faço parte também desde 2016, do grupo de pesquisa Teias - Tecnologia em Educação para Inclusão e Aprendizagem em Sociedade, vinculado ao Programa de Pós Graduação em Informática na Educação (PPGIE) da UFRGS, sob a orientação da Prof.^a Dra. Liliana Maria Passerino. No Teias, trabalho com tecnologia assistiva para inclusão e aprendizagem em ciências, principalmente para alunos com necessidade de comunicação específica. Sigo experimentando e o ensino de ciências continua sendo minha proposta, com o desejo que se desenvolva em todos os espaços e com todos os alunos. Essas experimentações, várias vezes geradas pelo acaso das mudanças dos espaços de trabalho, se desenvolvem através das várias conexões que vou fazendo, tanto com alunos quanto com os demais atores da escola. Elas são sempre permeadas pela intencionalidade do dar sentido e objetivo ao meu fazer pedagógico. Assim fui estabelecendo parcerias com meus colegas professores. Inicialmente, com os pares da Área de Ciências da Natureza e, atualmente, com todos os demais.

Cabe ainda salientar, principalmente com relação ao EM, onde atuei a maior parte da minha vida profissional, que ainda hoje, em 2018, este ensino ocupa um “não lugar”, talvez por persistentes problemas de identidade dessa etapa escolar e também pela problemática com relação à permanência. A Base Nacional Comum Curricular, conquista recente, é um esforço de busca de conciliação de interesses e tenta responder aos embates sobre um currículo básico comum. Ainda persiste a pressão pelo aumento de conhecimentos que a escola deveria ofertar nessa etapa de ensino e, até interferências no que não deveria ofertar. Vide o Projeto Escola sem Partido, que mesmo tendo sido recentemente arquivado, persiste “assombrando” o ensino, principalmente o público. Podemos dizer que respiramos momentaneamente aliviados, com esse arquivamento recente da proposta no Senado. Mesmo assim, vivemos ainda



Saindo do Senso Comum em 60 Minutos

movimentos de vai e vem, que amplia, restringe, adequa, renova. Tais verbos denotam questionamento e mesmo cerceamento de avanços e conquistas do campo educacional e cabe estar atentos, afinal, ainda hoje, persistem dificuldades que, no mínimo, se assemelham ao que relato da minha trajetória docente inicial, como a persistência do sistema classificatório para acesso ao ensino superior. Atualmente, além do vestibular temos mais outro modelo classificatório, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que, na sua proposição, melhoraria o acesso universal ao ensino superior, mas que, na prática, gerou desdobramentos difíceis. Um desses desdobramentos por exemplo, é de trajeto. Antes tínhamos a figura dos cursinhos pré-vestibulares, agora somam-se a estes, os cursos preparatórios para o ENEM. A competitividade pelas vagas ao Ensino Superior, principalmente público, aumentou significativamente, provavelmente, pelo número maior de alunos que estão acessando este ensino. O que seria ótimo se o afinilamento do acesso contemplasse igualdade de oportunidades, principalmente pela melhoria das condições de ensino nas escolas públicas, o que não ocorre. Mesmo com as políticas afirmativas, significativa conquista para esse acesso universal, ainda existe uma seletividade que chega a ser, muitas vezes, cruel.

Percebo que vem ocorrendo mudanças, como as proposições para o EM que avançaram e aqui no Estado tivemos uma experiência ousada. Por isso, espaços como o viabilizado pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), no projeto 'Saindo do senso comum em 60 minutos' são importantes. Eles dão voz a relatos de práticas de ensino, assim como a projetos e movimentos sociais e da comunidade, que são importantes para o desenvolvimento dos alunos da Instituição, bem como para os servidores e a comunidade, que sempre é convidada à participar. Desse movimento, devem surgir novas proposições e ações cidadãs.

Finalizando, reitero aos meus colegas professores e aos que se candidatarem à



Saindo do Senso Comum em 60 Minutos

esta profissão, que persiste a luta para que a Educação seja prioridade no país e que seja tratada como política de Estado e não de governo. Que nesse ínterim possamos ser profissionais, tanto quanto aos compromissos com nosso espaço de trabalho na Educação, como em nossa valorização profissional.



Do mito da literatura feminina a mulheres e a hora da criação

Mariam Pessah⁴

Adjetivo ou substantivo?

Seguidamente ouvimos falar em literatura feminina e, poucas vezes, ouvimos o termo autoria de mulheres. Neste espaço, iremos problematizar o que implica essa nada sutil diferença e chegaremos a nos perguntar como é ser uma mulher que escreve. Para começar, faz-se necessário observar que a palavra *feminina* é um adjetivo, enquanto que em autoria de mulheres, *mulheres* é um substantivo. Mas, vamos começar definindo os termos: “Adjetivo é a palavra que se opõe ao substantivo ou equivalente para lhe atribuir uma qualidade (inerente ou não), propriedade, condição ou estado” (HAUY, 2014). “Substantivo (...) nomeia os seres em geral: pessoas, coisas, animais, vegetais (...) o substantivo apreende os seres numa função estática, e o verbo, numa perspectiva dinâmica” (HAUY, 2014). Então, temos no adjetivo uma oposição: alguém atribui uma propriedade, uma condição ou um estado passivo, pois lhe é atribuído de fora, enquanto que *mulher*, ou *mulheres*, é substantivo, nome, núcleo de oração. Poderia se pensar, dessa maneira, que as mulheres são seus próprios sujeitos de pensamento, e não objetos passivos de algo ou alguém. Esta outra visão modifica muito a realidade porque o adjetivo é passivo, por exemplo: A mulher *feminina*, a casa *azul*. Além de, no caso enfocado, também ser patriarcal, pois é este sistema que cria a categoria, como veremos mais adiante. O substantivo é sujeito da oração e gera ação, por exemplo: As mulheres pensam e escrevem. Se sente diferente, né?

Talvez seja isso que incomode, ainda, ao sistema. Comumente, ouve-se falar em literatura *feminina* toda vez que um texto é produzido por mulheres. Sente-se nisso um leve cheiro pejorativo. Essa afirmação deixa, por suposto, que todo o resto é masculino, porém, pelo fato de representar o universal, não é necessário mencioná-lo: “Um homem não teria a ideia de escrever um livro sobre a situação singular que ocupam os machos na humanidade” (BEAUVOIR, 1970). Não é comum ver entrevistas nas quais os jornalistas perguntem a um escritor se a sua escrita é masculina, na hora que lhe

⁴ Ativista feminista, graduanda em escrita criativa/PUCRS, fotógrafa e escritora.



Saindo do Senso Comum em 60 Minutos

perguntam às mulheres, estão marcando uma nítida divisão sexual da escrita. Isso fica explicado pela sociedade patriarcal na qual vivemos, cujas implicações na literatura, são — dentre outras — invisibilizar as produções das mulheres e tratar estas escritas como o *Outro*. Como explica Simone de Beauvoir no *Segundo sexo*:

A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o *Outro*. A categoria do *Outro* é tão original quanto a própria consciência. Nas mais primitivas sociedades, nas mais antigas mitologias, encontra-se sempre uma dualidade que é a do Mesmo e a do Outro. (...) Nos pares Varuna-Mitra, Sol-Luna, Dia-Noite, nenhum elemento feminino se acha implicado a princípio; nem tampouco na oposição do Bem ao Mal, dos princípios fastos e nefastos, da direita e da esquerda, de Deus e Lúcifer; a alteridade é uma categoria fundamental do pensamento humano. Nenhuma coletividade se define como Uma sem colocar imediatamente a Outra diante de si. (BEAUVOIR, 1970)

O que é o feminino? Como se constrói?

No livro *Porque las palabras no se las lleva el viento*, a filóloga espanhola Teresa Meana reproduz uma fala que aconteceu numa escola. Um menino pergunta à professora como se forma o feminino. Ela explica que partindo do masculino, troca-se o “O” final pela letra “A”. Então, uma menina entra na conversa e quer saber como se constrói o masculino, ao que a educadora responde que o masculino não se forma, ele simplesmente existe.

Este exemplo prova que o mundo está feito a partir deles e para ser enxergado desde eles. Eles, os homens, também entendidos como masculino, neutro, universal. Vejamos outro caso: Numa sala há seis mulheres presentes e um único homem, qual o gênero que deve ser usado ao referir-se ao grupo?

Como incide este mundo masculino na literatura?

Voltando à questão inicial, se uma obra é escrita por uma mulher, a escrita, pelo fato de ser dela, em muitos casos será tratada como *feminina*. Um dia, olhando um



Saindo do Senso Comum em 60 Minutos

livro de poemas cuja autoria era de uma mulher, vi que nele, era aclarado na orelha que o livro não era de literatura feminista, senão, feminina. A primeira coisa que me ocorreu foi que a orelha estava escrita por alguém que não tinha se dado conta que o mundo está composto tanto por homens quanto por mulheres, e, esse ser, estava quase se desculpando de que a poeta fosse uma mulher. Deu vontade de perguntar: De que têm medo os homens? Em quantos livros “masculinos” se aclara que essa escrita não é machista? Nesta sociedade, ainda, tende-se a naturalizar que a escrita é propriedade dos homens, dos brancos, dos heterossexuais.

Se uma obra escrita por uma mulher é entendida como literatura feminina, um livro escrito por um homem é literatura masculina? Sabemos que a resposta será negativa. A literatura que eles produzem é entendida como neutra, como universal E única. Como escrevia Simone de Beauvoir, no *Segundo Sexo*, a mulher é o outro, por isso será que tem de ser adjetivada? Mas vejamos outros exemplos de provável literatura feminina, ou – e aqui acrescento – para mulheres. Quando Machado de Assis em *Esaú e Jacó* fala com as leitoras – que não são leitores, lembremos que o gênero nunca é neutro – este tipo de escrita também poderia ser chamado de literatura feminina ou de mulheres, com a diferença que aqui o autor é um homem. Citamos aqui um exemplo do diálogo que o autor estabelece com as suas leitoras:

Talvez a leitora, no mesmo caso, ficasse aguardando o destino; mas a leitora, além de não crer (nem todos crêem) pode ser que não conte mais de vinte a vinte e dois anos de idade, e terá a paciência de esperar. Natividade, de si para si, confessava os trinta e um, e temia não ver a grandeza dos filhos. Podia ser que a visse, pois também se morre velha, e alguma vez de velhice, mas acaso teria o mesmo gosto? (ASSIS, S/A).

Particípio passado ou verbo?

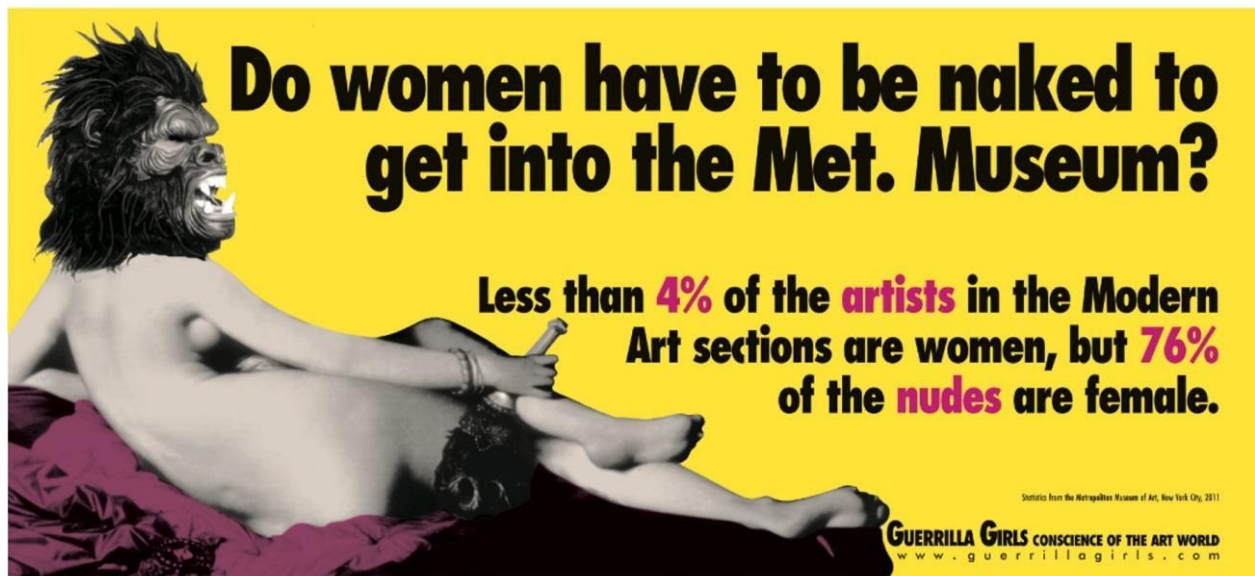
Estamos chegando ao ponto no qual devemos diferenciar: falamos do que está escrito (particípio passado), ou falamos de quem escreve (verbo, ação)?



Saindo do Senso Comum em 60 Minutos

Essa é uma confusão muito comum. Já vi várias propostas de saraus de mulheres nos quais em lugar de lerem produções delas, acabavam lendo livros cuja autoria era de homens e o tema eram as mulheres. Novamente, as mulheres ficavam literalmente, no papel passivo, e os homens no ativo: o que eles pensam sobre elas. Isso não tem nada de novo nem de diferente. Ao contrário, mantém o mesmo que temos até agora. Corrobora-se, assim, a pesquisa que o grupo de artistas⁵ *Guerrilla Girl* fez, vários anos atrás. Esse trabalho demonstra que a presença das mulheres nos museus de arte é essencialmente dentro dos quadros, passivamente retratadas. Menos de 4% das artistas são mulheres, enquanto que 76% dos retratos nus são de mulheres. Entendemos, então, que em qualidade de artista (substantivo, ativo) quase não existimos nos templos da arte, enquanto que na condição de retratada (adjetivo - passivo) e não qualquer condição: despidas e sem a palavra.

Do women have to be naked to get Into the Met.Museum? (1989)



Fonte: <http://www.theartstory.org/artist-guerrilla-girls.htm>

⁵ Artivistas: artistas e ativistas.



Mito, apêndice

Vamos nos aproximando da ideia de que a literatura feminina é um mito, ela não existe em si, é um apêndice e não um corpo autônomo, uma “costela de Adão”. O real é que existem as autorias. Indo para a pergunta que nunca falta em toda entrevista a uma escritora: existe uma escrita que identifique o sexo ou o gênero do/a autor/a? Eu quero responder. Sim. Mas não sempre. Há modos e pontos de vista dos quais só as mulheres falamos, como veremos mais adiante.

Assim como acontece com os homens. Por exemplo, no livro *Correr com rinocerontes*, de Cristiano Baldi, ele fala: “As colegas feias. As colegas não tão feias, mas lésbicas”. Sobre essa frase tão estereotipada poderíamos adivinhar o sexo/gênero do autor/narrador até de olhos fechados, pois corresponde aos principais dogmas da sociedade patriarcal. Um homem leva “mais pontos” se é um conquistador, se está com mulheres bonitas e, dentro desse universo, há que desvalorizar as lésbicas, pois são mulheres não disponíveis ao “consumo” dos homens.

Sujeito, verbo – ação = produção?

A poeta Angélica Freitas, em seu livro “Um útero é do tamanho de um punho”, deixa muito nítido o sexo/gênero da autoria, também o lugar de fala. Ela mantém essa estratégia desde o título até a última página. A sua literatura não é sobre temas, mas a partir de um lugar de pensamento. É quase um raio X literário da cabeça da autora, de muitas mulheres, estudo isso feito com muita ironia e eficácia. Só quem é ao mesmo tempo sujeito e verbo — e não adjetivo — pode enxergar. Ela divide o livro em diferentes partes, vejam os nomes: “Uma mulher limpa”, “Mulher de”, “A mulher é uma



Saindo do Senso Comum em 60 Minutos

construção”, “Um útero é do tamanho de um punho”, “3 poemas com o auxílio do Google”, “Argentina”, “O livro rosa do coração dos trouxas”. Em sua escrita, a gente vai reconhecendo outras vozes de mulheres que a acompanharam nesse caminho, como a poeta argentina Susana Thenon e a própria Simone de Beauvoir.

mulher de vermelho

O que será que ela quer
Essa mulher de vermelho
Alguma coisa ela quer
Pra ter posto esse vestido
Não pode ser apenas
Uma escolha casual
Podia ser um amarelo
verde ou talvez azul
mas ela escolheu vermelho
ela sabe o que ela quer
e ela escolheu vestido
e ela é uma mulher
então com base nesses fatos
eu já posso afirmar
que conheço o seu desejo
caro watson, elementar:
o que ela quer sou euzinho
sou euzinho o que ela quer
só pode ser euzinho
o que mais podia ser

Neste poema, “Mulher de vermelho”, que abre a seção “Mulher de”, ela mostra o pensamento típico do macho que se sente no centro do mundo. Muitos homens pensam que as mulheres se vestem especialmente para eles, a partir daí que escolhem o vestido, sua cor etc. Tudo isto apaga o pensamento de uma mulher autônoma que é o que a autora vem a iluminar.

Abrindo a porta do lar

Como já foi elucidado, torna-se nítido que, na sociedade patriarcal, as mulheres vão ter muito mais trabalho na hora da escrita, da publicação, da venda etc.; porque nos seus cotidianos, continuam se ocupando da casa, das crianças, chegando ao que se chama dupla jornada laboral. A escritora Lya Luft conta em uma reportagem:



Saindo do Senso Comum em 60 Minutos

Para escrever preciso estar pelo menos numa espécie de limbo, quer dizer, eu não posso estar muito preocupada nem muito angustiada. Eu preciso ter um poder de concentração muito grande, interior. Como no meu casamento anterior tive uma casa, três filhos, hoje grandes, e uma casa muito movimentada, eu não tinha o luxo de me recolher numa espécie de torre de marfim, de silêncio e de ordem. Os meninos entravam e saíam, eu interrompia e escrevia de novo. Não tenho dificuldade quanto a isso. Mas eu preciso ter uma espécie de ordem interior para escrever (RICCIARDI, 2009).

Como podemos ver nas palavras da escritora gaúcha, para as mulheres — neste sistema — a produção é mais difícil que para um homem cuja esposa se dedique a cuidar do lar, das crianças, e, assim, pode gozar de “cem anos de solidão” para se refugiar no silêncio criativo.

Numa carta, a poeta Cecília Meireles, escrevia para uma amiga sobre as suas intenções de concorrer a um prêmio na Academia Brasileira de Letras.

Ela, até explicava que não era pela glória, mas para pagar algumas dívidas (MELLO, 2006). Importante ressaltar várias coisas, primeiro, essa carta foi escrita na década de 1930, no imaginário social, as mulheres naquela época não trabalhavam. Segundo Cecília Meireles, acabara de ficar viúva, e seu marido se suicidara deixando-a sozinha com três crianças. Terceiro, ela foi muito criticada por tentar esse prêmio:

[...] Cecília Meireles não deixa de receber críticas de intelectuais da época, como Mario de Andrade, que estranha a sua candidatura à premiação de uma instituição que ele considera “hospital de parlapatice onde se pratica diariamente, *in anima nobile*, a experiência do Medalhão” (MELLO, 2006).

Se ainda hoje, mais de oito décadas depois, é difícil viver da literatura, naquela época e sendo mulher, era muito mais. Na hora de fazer críticas, é mister contextualizar, embora seja muito digno que um grande escritor e filósofo francês, como Jean Paul Sartre, tenha se negado a receber o Prêmio Nobel. Mas, no caso de Cecília Meireles, aceitar o Prêmio da Academia Brasileira de Letras, em 1938, pelo



seu livro “Viagem”, não a faz menos digna.

Concluindo

Quando se fala em literatura de autoria de mulheres, observa-se uma mudança. Foram-se os tempos em que as mulheres éramos passivas e ficávamos dentro de casa só nos cuidados da família e do lar. Hoje, nós, mulheres, somos sujeitos e sujeitas da nossa própria história. Ocupamos muitos lugares dentro e fora do lar, assim como na literatura. Entende-se uma diferença muito grande entre falar em literatura feminina, dado que não existe o termo “oposto” de literatura masculina. Isso tem que encerrar, afastar, colocar uma setinha de cuidado! Em quanto que na hora de falar em literatura de autoria de mulheres, está se dando nome e autonomia, marcando um lugar de fala.

Referências

ASSIS, Machado de. **Esau e Jacó**. Rio de Janeiro: Aguilar, 1985, vol. I.

BALDI, Cristiano **Correr com rinocerontes**. Porto Alegre: Não editora, 2017

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo, 1. Fatos e Mitos**. 4ª edição. Trad. Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão europeia do livro, 1970.

HAUY, Amini Boainain. **Gramática da língua portuguesa padrão**. São Paulo: Edusp, 2014.

FREITAS, Angélica. **Um útero é do tamanho de um punho**. São Paulo: Cosacnaify, 2012.

MEANA, TERESA. **Porque las palabras no se las lleva el viento**.

Dísponível em:

<http://xenero.webs.uvigo.es/profesorado/teresa_meana/sexismo_lenguaje.pdf>. Acesso em 23 ago. 2017.

MELLO, Ana Maria Lisboa de e UTÉZA. **Oriente e Ocidente, na poesia de Cecília Meireles**. Porto Alegre: FAPA, Libretos, Etilal, 2006.



Saindo do Senso Comum em 60 Minutos

RICCIARDI, GIOVANNI. **Biografia e criação literária, Vol. 7 - Entrevistas com escritores do Sul.** Editora Unisul, 2009.



O desenvolvimento de políticas públicas para a reciclagem de resíduos sólidos

Paula Garcez Corrêa da Silva⁷

A primeira pergunta a ser respondida para a compreensão do assunto é: **Qual o senso comum sobre a reciclagem de resíduos sólidos?**

Partindo do pressuposto de que senso comum é o conjunto de ideias possíveis sobre determinado assunto que não afeta as suas detentoras (das ideias) direta e pessoalmente. No que diz respeito à reciclagem o mais habitual e recorrente é atribuir ao material, o valor suficiente a remunerar o trabalho prestado por aqueles que os recolhem, carregam, separam e entregam aos que intermedeiam o retorno do material à cadeia produtiva.

No entanto, um raciocínio um pouco mais elaborado ou um pensamento mais atento permitiria as conclusões que pretendemos incitar na apresentação da problemática.

Inicialmente, provocamos o público a focar sua atenção no que acontece, com o que cada um produz de resíduos, depois de colocar do lado de fora da porta da sua casa. A discussão invariavelmente repousa - e assim aconteceu brevemente no debate proposto - sobre o seguinte: (a) qual o tipo de resíduo que eu produzo em maior quantidade/em que proporção? (b) qual a habitualidade da retirada (quanto tempo fica dentro de casa até que seja colocado para fora?) (c) quanto é produzido de rejeito neste período? (d) quem separa no prédio? (e) quem retira na rua? (f) para onde vai depois de entrar no caminhão?

⁷ Advogada e Mestre Paula Garcez Corrêa da Silva Assessora Jurídica do Movimento Nacional dos catadores de materiais recicláveis no Rio Grande do Sul. Mestre em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

O Projeto Saindo do Senso Comum, realizado pelo PROPEL, se dá em Porto Alegre. Pois em Porto Alegre, em 2018, o que acontece a partir da disposição doméstica dos resíduos devidamente acondicionados é o seguinte: necessariamente, uma empresa contratada, segundo os padrões habituais (na maioria das vezes corruptos), procede no recolhimento dos resíduos, em dias e mediante utilização de caminhões diversos⁶.

A coleta dos resíduos passíveis de recolocação na cadeia produtiva, ou seja, a coleta *seletiva*, é feita em dias alternados e deveria sê-la sem destruição do material transportado.

Já, a coleta dos resíduos inservíveis ou orgânicos acontece nos dias subsequentes, em caminhão que pode destruir o conteúdo da carga, na medida em que esta se destina aos aterros sanitários.

Estes resíduos, após parada na Unidade de Transbordo ou não, se deslocam para Minas do Leão – distante cerca de cem quilômetros da capital gaúcha - de caminhão, em tantas viagens que, mensalmente, a quilometragem da frota equivale a quinze voltas ao mundo por mês, a diesel, combustível fóssil⁷.

Por mais que se empreendam esforços para justificar a manutenção de tal processo de gestão, fica claro a quem quer que escute ou leia esta informação que esta é uma sistemática totalmente desconectada das necessidades de otimização de energia, gerenciamento de uso de combustíveis fósseis, redução de acidentes de trânsito, atenção à logística, saturação do ambiente, soluções locais compartilhadas e reavaliação da atuação dos integrantes da cadeia.

Mas esse não é o único descompasso que identificamos no processo de reciclagem.

De volta à coleta seletiva: os resíduos sólidos urbanos – aí incluídos papel, papelão,

⁶ E aqui se está diante de um fato notório, que, portanto, dispensa a comprovação.

⁷ Na perspectiva do autor do texto.

plástico de várias especificações, polímero termoplástico (PET), metais, vidros, entre outros tantos – são recolhidos duas vezes a cada semana, e entregues nos galpões onde são: (a) recebidos, (b) computados, (c) despejados nas gaiolas, (d) triados, (e) prensados, (f) fardados, (g) acondicionados e (h) comercializados pelos catadores. Estes, são organizados em associações e cooperativas, que de tudo precisam prestar contas à administração pública municipal, em contrapartida ao recebimento de determinado valor por tonelada devolvida à cadeia.

O rejeito desta etapa é recolhido pelos caminhões da coleta regular, que, como já dito, no mais das vezes, se dirigem à estação de transbordo antes de rumar para Minas do Leão.

Os galpões em que trabalham os catadores organizados, em sua maioria, contam com mais de vinte anos de ocupação, sem qualquer, ou com mínima, manutenção. Assim como foi entregue, se manteve.

Algumas eventuais melhorias foram procedidas recentemente em alguns dos galpões, e houve mudança de um deles: uma associação saiu da sua antiga sede e foi realojada em outro prédio, novo, porém sem condições de ocupação produtiva, exigindo capacidade de união ímpar para manutenção do coletivo em situação tão adversa.

De resto, os galpões são altamente insalubres e inseguros, além de não contar com as exigências básicas dos órgãos de fiscalização tais como Corpo de Bombeiros e, no caso do Rio Grande do Sul, da Fepam.

Vamos agora ao segundo questionamento, indispensável à compreensão do assunto, que precisa acontecer no prazo máximo de sessenta minutos (!): **QUEM executa estas tarefas relacionadas diretamente à devolução do material à cadeia produtiva?**

Neste ambiente dos galpões, convivem e trabalham muitos dos catadores organizados. A associação de catadores não tem equipamentos, além dos relacionados à triagem, embalagem e comercialização; são poucos os catadores independentes que a ela se vinculam, pela incapacidade de recebimento imediato.

Quando há, por exemplo, o serviço de coleta realizado pelos catadores e eles não sobrevivem exclusivamente da venda do material, uma série de outros trabalhadores se aglutinam em torno das atividades de reciclagem.

Podemos citar de imediato e por relação direta:

1) o catador de rua que pode receber o valor adequado pelo material que recolhe no prazo em que está habituado e sem exploração;

2) o motorista;

3) quem cozinha e arruma as coisas para os outros conseguirem se concentrar nas atividades relacionadas aos resíduos;

4) os que retiram o material reciclável disposto pelo gerador nas ruas e o colocam no caminhão;

5) o que ajuda o motorista;

6) o pessoal do administrativo que trabalha quase sempre em um lugar fixo;

7) o pessoal da logística que atua em meio a todos os demais.

Todos estes custos correspondentes, não são suportados pelo resultado da venda do material, que tem muito pouco valor agregado e um mercado consumidor totalmente alheio ao controle estatal.

A ausência de fiscalização e atuação estatal sobre a cadeia produtiva dos materiais recicláveis, na qual os catadores são o elo mais vulnerável, fica clara se observada legislação porto-alegrense (Decreto nº 15.412/2006), que veda a expedição de autorização de funcionamento a estas atividades.

Art. 8º Fica vedada a expedição de Autorização para o Funcionamento de Atividades Econômicas nos ramos de Reciclagem de Resíduos Sólidos, Comércio de Sucatas (Ferro-Velho) e Comércio de Peças de Veículos Usadas,

Entretenimento Noturno, bem como nos casos previstos no artigo 4º da Lei Complementar nº 554, de 2006 (CORRÊA DA SILVA, 2016,p. 33).

Em síntese: a geração de trabalho e renda é condicionada ao trabalho em equipe e ao combate à exploração.

O trabalho coletivo é mais complexo e exigente do que aquele desempenhado na coleta individual com carrinhos ou *bags* pelas ruas em condições de vulnerabilidade extrema. Muitas vezes o processo de aprendizagem se dá em condições não ideais, o que acarreta baixo resultado mensurável em números e estatísticas.

Esta afirmativa se faz depois de demonstrada consideração e reconhecimento pelo esforço das organizações da sociedade civil em alcançar formação aos catadores, que o fazem com sucesso.

Todas as conquistas fáticas experimentadas pelos catadores, invariavelmente contaram com o auxílio, principalmente, técnico, das organizações da sociedade civil envolvidas com a economia solidária e auxílio entre os povos.

No entanto, esse sucesso não atinge a todos. Sempre existirão os que se manterão alheios aos benefícios do conhecimento adquirido. Some-se, a este grande número, a ausência de continuidade dos projetos e o que temos como resultado é prejuízo ao êxito das empreitadas.

O trabalho organizado dos catadores em Porto Alegre é mais visível do que em outras cidades do país por força do projeto Todos Somos Porto Alegre (vide Decreto 19.361/2016), destinado a impedir o trânsito de carroças e carrinhos na cidade, atrelado à Copa do Mundo e pela vedação à prática da incineração, instituída pela Lei nº 12.022/2016.

A terceira pergunta feita depois da resposta conjunta às anteriores, foi a seguinte:

Apenas com as informações ordenadas da forma como expostas nestes sessenta minutos, é possível manter a conclusão de que o valor do material é suficiente

para permitir a geração de renda e mobilidade social dos catadores, ou permite apenas a perpetuação da miséria e a regulamentação do mercado diretamente pelos seus agentes?

Esta é uma pergunta-conclusão, uma vez que serve às duas coisas para as quais este texto e a apresentação deram origem: ser claro, acessível e apresentar informações interessantes aos ouvintes e, agora, leitores.

O ponto que entendemos de crucial relevância é a assimilação sobre o fato de que a inclusão de trabalhadores marginalizados é um processo demorado e de baixo índice de aferição imediata de resultados positivos. Exatamente como já identificado por Amartya Sen, *in verbis*:

é claro que existe um contraste radical entre uma concepção de justiça focada em arranjos e uma concepção focada em realizações: esta necessita, por exemplo, concentrar-se no comportamento real das pessoas, em vez de supor que todas sigam o comportamento ideal (SEN, 2011p. 37).

Enquanto o ânimo da Legislação que consolidou os resíduos como “bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania”, o senso comum não assimilou as responsabilidades que passaram a ser exigíveis de todos os geradores.

No mínimo desde 2011, há previsão legislativa válida sobre a obrigação dos municípios encerrarem a disposição de resíduos em aterros não regulares (fechamento dos lixões) e contratarem, para pequenas regiões, preferencialmente, os catadores organizados, mediante facilitação dos termos da contratação e acompanhamento dos trabalhos. Ou seja, encerramento das atividades dos lixões e outorga preparada e concomitante do *status* de prestador de serviços ambientais urbanos aos catadores é uma imposição que existe e não se implanta, desde 2011.

Desde então, o que se viu foi: o aumento da contribuição previdenciária exigida dos trabalhadores – de onze para vinte pontos sobre a renda obtida – por força de decisão, proferida em ação direta de inconstitucionalidade, julgada sem que a razão de decidir tenha considerado o fato de que a economia solidária está formalizada através de cooperativas.

O retrocesso nas contratações de serviços pelos municípios, os quais não são familiares à economia solidária e políticas públicas de inclusão por meio de geração de renda.

Este retrocesso se situa na aplicação automática das disposições destinadas a regulamentação das relações entre organizações da sociedade civil e administração pública, em desacordo com toda a legislação precedente e vinculada.

Por fim, a redução dos investimentos governamentais em programas sociais, que atingiu diretamente os catadores, em sua maioria ex-integrantes do programa de renda mínima e subsídio para famílias pobres com crianças. Além disso, a inadimplência das administrações públicas contratantes está tornando ainda mais árdua a tarefa de manter os postos conquistados.

Todo o arcabouço antecedente se destinou a desburocratizar e permitir o desenvolvimento da organização do trabalho daqueles não habituados aos regramentos do trabalho coletivo.

No Rio Grande do Sul, a coleta seletiva teve a primeira previsão legislativa através do Código Municipal de Limpeza Urbana de Porto Alegre, instituído por meio da Lei Complementar nº 234, de 1990. Em 1993, foi o Estado do Rio Grande do Sul que legalmente impôs aos municípios que se responsabilizassem pela gestão dos resíduos. Em 2002, foi reconhecida a profissão de catador e incluída na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).

O Decreto da Presidência da República nº 5.940, em 2006, impôs à administração federal a obrigação de doar os resíduos por ela descartados às associações e cooperativas. Foi promulgada, em 2007, a Lei do Saneamento Básico, que alterou a Lei de Licitações, deixando os catadores fora de sua exigibilidade. Em 2010, além da promulgação da Lei que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), o Estado do Rio Grande do Sul promulgou a lei de incentivo e regulamentação da economia solidária (Lei nº 13.531).

Não se pode dizer, portanto, que o tema seja recente nem tampouco que não tenha existido debate. Foram elaborados planos municipais de gestão integrada de resíduos, planos estaduais, conferências do meio ambiente foram realizadas.

Em conclusão

Nosso encontro e a sua leitura tiveram justamente o intuito de trazer novas fontes para o debate e o entendimento de um assunto que faz parte, sem fazer, do dia a dia de cada pessoa no universo, seja lá em que país, região ou continente esteja.

Referências

BRASIL. **Lei nº 11.445/07**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm> Acesso em: 15 jan. 2018.

BRASIL. **Lei nº 8.666/93**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666cons.htm> Acesso em: 15 jan. 2018.

CORRÊA DA SILVA, Paula G. **Os catadores de Porto Alegre e a Política Nacional de Resíduos Sólidos**, 2016. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/150674>>. Acesso em 15 jan. 2018.

PORTO ALEGRE. **Decreto nº 15.412**. Disponível em:

<<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cgi-bin/nph-rs?s1=000028857.DOCN.&l=20&u=%2Fnetahtml%2Fsirel%2Fsimples.html&p=1&r=1&f=G&d=atos&SECT1=TEXT.>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

PORTO ALEGRE. **Decreto Nº 19.361**. Disponível em:

<<https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/porto-alegre/decreto/2016/1964/19631/decreto-n-19631-2016-regulamenta-a-lei-complementar-n-807-de-28-de-dezembro-de-2016-que-cria-o-fundo-municipal-de-incentivo-a-reciclagem-e-insercao-productiva-de-catadores-fmric-e-revoga-a-lei-complementar-672-de-1-de-fevereiro-de-2011-que-cria-o-fundo-para-implementacao-do-programa-de-reducao-gradativa-do-numero-de-veiculos-de-tracao-animal-e-de-veiculos-de-tracao-humana?q=todos%20somos%20porto%20alegre.>> Acesso em 15 jan. 2018.

PORTO ALEGRE. **Lei Ordinária Nº 12.022, de 05 de abril de 2016**. Disponível em:

<<https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/porto-alegre/lei-ordinaria/2016/1203/12022/lei-ordinaria-n-12022-2016-proibe-no-municipio-de-porto-alegre-a-incineracao-de-residuos-solidos-urbanos-reciclaveis-no-processo-de-seu-tratamento-e-de-sua-destinacao-final?q=incinera%E7%E3o>>. Acesso em 15 jan. 2018.

SEN, Amartya. **A ideia de Justiça**. São Paulo, Companhia das Letras, 2011.

Porto Alegre em imagens: arte e história da cidade

Luciana da Costa de Oliveira⁸

Por que o centro de Porto Alegre?

Em uma de suas crônicas, o escritor Luís Fernando Veríssimo, muito humoradamente, constata que Porto Alegre é uma cidade que vive à beira de muitos mal-entendidos, começando pelo fato de viver “(...) à beira de um rio que não é rio!” Percorrendo ruas, lugares e hábitos tão comumente vivenciados pelos porto-alegrenses, o texto de Veríssimo instiga seu leitor. E, mais que isso, busca tirá-lo do senso comum.

Tendo esse texto por base, podemos pensar que esses mal-entendidos e, principalmente, esses sentidos comuns igualmente se aplicam à arte pública da cidade, especialmente se forem consideradas as esculturas que, desde o século XIX e as primeiras décadas do XX adornam prédios e praças, nos passam despercebidas à visão. Mais do que sair do senso comum, a ideia dessa explanação é (re)orientar o olhar. É fazer com que, em meio ao caos do centro da cidade, nossos olhares sejam redirecionados e percebam que ele ainda guarda um rico acervo de beleza e arte. Para exemplificar essa questão, dois locais foram escolhidos: o prédio da Prefeitura de Porto Alegre e o Monumento a Julio de Castilhos.

E com tantos prédios no Centro Histórico, por que motivo a Prefeitura de Porto Alegre foi escolhida?

⁸ Doutora em História pela PUCRS, atuando na área de História da Arte e Gestão de Acervos

O centro de Porto Alegre possui um rico acervo arquitetônico e de grandioso valor histórico e artístico. Escolher o prédio da Prefeitura de Porto Alegre para comentar é, pois, uma forma de valorizar esse conjunto de obras que a cidade possui mas, igualmente, fazer um exercício de redirecionamento de olhares. Mesmo que outros prédios também se prestem ao mesmo fim, é o Paço Municipal que nos oferece uma multiplicidade de possibilidades de percepções acerca da própria cidade e do local onde está inserido.

Caminhar no centro de Porto Alegre sempre foi, para muitas pessoas, sinônimo de pressa, multidões, violência e trabalho. Por ser um espaço que não está vinculado com arte, mas sim com passagens apressadas e horários controlados, muitas das peculiaridades que adornam os prédios históricos passam despercebidos. Ou são percebidos e não são olhados. O prédio da Prefeitura parece inserir-se nesse espaço e possuir essas especificidades. Localizado em um dos pontos mais movimentados da cidade, onde pedestres, ônibus, carros, vendedores e pombas parecem entrecruzar-se durante todo dia, o tempo demorado e longo da observação e contemplação parece não ter vez nesse conturbado e agitado local.

Falando em história, por que ela foi construída? Foi sempre o Paço Municipal?

Diferentemente dos demais prédios históricos de Porto Alegre, que ao longo dos anos passaram a abrigar outras instituições, o da chamada Prefeitura Velha foi construído para ser, precisamente, o Paço Municipal. A história de sua construção bem como de sua ornamentação é cheia de particularidades e reencontra não só parte da história de Porto Alegre como também a do Rio Grande do Sul.

Corria o ano de 1898 em Porto Alegre. Apenas três anos após a finalização da Revolução Federalista (1893-95), o novo governo republicano, liderado por Julio de Castilhos, necessitava não só assentar-se no poder como também colocar-se simbolicamente na sociedade do período. Para Cláudio Calovi Pereira, durante esse período “(...) revelou-se a preocupação de Castilhos com a construção de edifícios públicos que pudessem manifestar no espaço da cidade a chegada de um novo grupo ao poder” (2007, p.12). Assim, nesse momento, não só as falas e palavras dos grandes líderes se faziam importantes. A visualização desse mesmo poder se fazia necessário. E urgente.

Tendo essas necessidades em vista, no ano de 1898, são iniciadas as obras do Paço. Embora o projeto tenha sido assinado pelo italiano João Antônio Luiz Carrara Colfosco, que por volta de 1895 havia sido apresentado a Júlio de Castilhos como um “ardoroso simpatizante do positivismo” (WEIMER *apud* DOBERSTEIN, 2011, p.22), a sua execução ficou a cargo do engenheiro municipal Oscar Muniz de Bittencourt (DOBERSTEIN, 2011, p.22).

Além da questão específica da encomenda e do projeto, é necessário levar em conta, também, o tipo de linguagem arquitetônica utilizada por Carrara Colfosco. Sobre esse ponto, muitas vezes se ouviu falar que o prédio teria as características do estilo positivista. Primeiramente, cabe elucidar que nunca houve um “estilo positivista” nas construções de Porto Alegre, apenas prédios construídos no período do governo positivista. A linguagem que usualmente se utilizou foi a eclética caracterizada, fundamentalmente, pela profusão de estilos históricos em uma mesma construção (WEIMER, 2003, P. 49).

No caso da Prefeitura de Porto Alegre, tem-se um prédio eclético com predominância neoclássica, que é percebida na simetria e harmonia das linhas, nos frontões e colunatas e, igualmente, na disposição triangularizada das esculturas na

parte superior do prédio. Além disso, deve-se levar em conta que a arquitetura oficial do período tinha sua base nesses traços. Para Pereira, “a arquitetura oficial do Estado preferiu usar em ecletismo de base clássica como estilo, caracterizado pela sobriedade formal” (2007, p.04).

E sobre as esculturas da fachada, elas possuem algum significado?

O conjunto escultórico que adorna o prédio da Prefeitura é de grande importância para a arte, história, memória de Porto Alegre como, também, para se compreender a formalização simbólica e imagética dos ideais republicanos e positivistas na cidade e no Estado. O fundamento essencial de sua existência está no fachadismo oficial, (DOBERSTEIN, 2011, p.10) que foi muito utilizado no período. Através de imagens – e esculturas – os ideários do Partido Republicano Rio-grandense, afora circularem em periódicos como A Federação, eram colocados, também, ao alcance do olhar.

Ao parar em frente ao prédio, um observador atento pode notar a existência de quatro conjuntos escultóricos. Estes, se analisados dentro do período de sua execução e, sobretudo, a partir de suas funções, exprimem claramente as alusões feitas ao desenvolvimento do Estado em diferentes setores.

A primeira delas (fig. 1), um trio, que está localizado à esquerda de quem observa o prédio (esquina da rua Uruguai), apresenta uma figura feminina que, em pé e segurando uma foice e um ramo, centraliza o conjunto. Do seu lado esquerdo, sentado

uma figura masculina que porta chapéu e botas aladas e carrega nas mãos um caduceu e um pequeno saquinho de dinheiro. Do outro lado, na mesma proporção que a anterior, uma figura feminina que porta, sob seus braços, uma bigorna e uma engrenagem.

Analisando tais figuras e relacionando-as com seu contexto de produção - e também com os objetivos dos seus encomendantes – percebe-se que elas fazem uma clara alusão ao desenvolvimento econômico do Estado. Ao centro, Deméter, deusa grega da agricultura, está ladeada pelo deus do comércio, Hermes, e por uma alegoria da Indústria. Nesse sentido, partindo da própria disposição das figuras, é válido considerar que a base na qual a economia do período estava assentada era a agricultura, seguida pelo comércio e indústria.

O segundo conjunto (fig. 2), agora uma figura isolada, é também de uma mulher que porta em suas mãos uma espada e uma balança. Apenas pelos atributos que ela possui, pode-se considerá-la uma representação da Justiça. No entanto, diferente das demais, a que está na Prefeitura de Porto Alegre não possui os olhos vendados. Tal constatação leva Doberstein a compará-la com a justiça divina, isto é, a justiça que precisa ver para julgar (2011, p.29).

O fato de a Justiça não ter venda e, igualmente, dispor a espada em maior proporção que a balança, encontra respostas nos próprios acontecimentos do período. Para colocar-se no poder, o PRR teve de assumir uma postura forte e repressora contra seus oponentes. Por tal motivo, nessa estátua, talvez “a espada seja tão ostensivamente realçada e a balança tão discretamente lembrada. (...), pois ela é uma Justiça punitiva, repressora, implacável” (DOBERSTEIN, 2011, p.30).

O terceiro conjunto (fig. 3), harmonicamente isolado como a anterior, apresenta uma figura feminina que, dentre outros objetos, porta uma esfera encimada por uma águia e uma espécie de cetro com um barrete frígio. Da mesma forma que a anterior, a representação da República também estava vinculada aos ideais que os republicanos positivistas faziam dela. Forte e dominadora, ela segura a esfera indicando o seu poder e domínio no mundo. Sua força e princípios, estavam representados em seu cetro.

Um elemento interessante de se considerar é que, além desses atributos – e quase imperceptível ao olhar – aos pés da República está presente um gato. A presença do felino, estudado em profundidade por José Francisco Alves, tem relação estreita com o seu próprio comportamento, especialmente os relacionados à fidelidade (ALVES, 2013, p.21).

Por fim, o trio que finaliza a fachada do prédio e está localizada na esquina com a Avenida Borges de Medeiros é a que se relaciona aos aspectos sociais percebidos pelos republicanos (fig. 4). O conjunto, centralizado por uma Liberdade que carrega a chama da ilustração do espírito, está composto por mais duas figuras: uma jovem à esquerda, que abraça um pequeno busto, e, à direita, um jovem que porta um livro e tem olhar distante.

De acordo com estudiosos do tema, a jovem mulher é uma representação de Clio, a musa da História. Além de ser elemento fundamental para os republicanos, pois tinham na frase “os vivos são sempre e cada vez mais governado pelos mortos” sua máxima com relação à transmissão dos feitos presentes para o futuro, Clio aparece abraçando um busto que, segundo Doberstein, seria o de Péricles, governante grego que teve em seu período o “apogeu do aperfeiçoamento das instituições democráticas”.

(DOBERSTEIN, 2011, p.33). Já o jovem, segundo o mesmo autor, seria representativo da Ciência e de sua importância para as bases do progresso.

E somente os prédios de Porto Alegre trazem “pequenas histórias” em suas fachadas?

A respeito das narrativas visuais, não só os prédios da cidade trazem essas pequenas histórias. Os monumentos públicos são, igualmente, elementos de grande importância nesse processo, especialmente no que se refere à preservação da memória de uma cidade. Obviamente, essa memória não está ligada exclusivamente ao homenageado no monumento. Muitas relações podem ser tecidas a partir dos elementos que estiveram no entorno de sua produção, ou seja, no papel de quem encomendou, no artista que fez, no local onde foi colocado, entre outros.

E qual monumento de Porto Alegre pode ser um exemplo disso?

Um dos monumentos mais importantes da cidade – e por ironia o menos cuidado e mais depredado – é o que foi feito em homenagem a Julio Prates de Castilhos. Localizado na Praça da Matriz, essa obra foi “inaugurada às 16h de sábado, 25 de janeiro de 1913, em grandiosa solenidade que contou com a presença de inúmeras autoridades da capital e do interior do Estado” (ALVES, 2004, p.100). Sem dúvidas, o monumento a Castilhos é um dos mais imponentes da capital do Estado. Além disso, a forma como foi concebido e elaborado pelo artista carioca Décio Villares o torna um dos mais complexos conjuntos escultóricos que a cidade possui.

E qual o objetivo da construção do monumento? Era apenas uma homenagem?

A ideia de se fazer um monumento a Julio de Castilhos tinha por objetivo, sem dúvida, homenagear o líder e sua memória. Mas, além disso, tendo por base não só o entorno da produção da obra, mas, principalmente, os auspícios republicanos e as ideias de que os feitos dos grandes líderes deveriam ser legadas ao futuro, todo um projeto artístico foi elaborado.

Logo após a morte de Júlio de Castilhos, em 24 de outubro de 1903, o governo republicano, na época liderado por Borges de Medeiros, decide homenagear seu grande patriarca com a construção de *um monumento glorificador*. No jornal *A Federação*, mais precisamente em sua edição de 24 de janeiro de 1913, saía publicada a decisão da Assembleia dos Representantes em realizar tal feito. Afora este, que seria colocado na Praça Marechal Deodoro, atual Praça da Matriz, outro ainda seria encomendado, mas com destino ao Cemitério da Santa Casa. De acordo com a publicação do periódico,

[...] A Assembleia dos Representantes do Estado, associando-se reconhecidamente às homenagens prestadas e por prestar pelo benemérito governo do Estado ao excelso organizador [sic] do Rio Grande do Sul republicano, incomparável brasileiro [sic] dr. Julio Prates de Castilhos, entre outras a do levantamento de um monumento no santo lugar [sic] em que repousar o seu sagrado corpo e a da ereção, na Praça Marechal Deodoro, de uma estátua que traduza o reconhecimento público dos contemporâneos pelo gênio político e civismo rio-grandense que inegavelmente [sic] synthetisou, bem como lembrar á posteridade republicana sempiterna gratidão (FEDERAÇÃO, 1913, p.5)

Assim, tendo em vista essas questões, especialmente as relacionadas à forma com a qual o governo republicano, baseado fortemente na doutrina positivista de

Augusto Comte, percebia a manutenção da memória dos grandes líderes, é que o monumento foi pensado e elaborado. Para a sua realização, como já comentado anteriormente, foi contratado o artista Décio Villares que, afora ser um pintor e escultor de grande importância no contexto nacional era, ainda, um grande conhecedor do positivismo. O fato de ter sido um dos pintores responsáveis pela construção da imagem de Tiradentes, retirando a imagem transgressora que lhe imputara o Império (MILLIET, 2001, p. 132) e, também, ser adepto da filosofia de Comte, fez com que sua contratação fosse feita tão logo a Assembleia de Representantes decidisse pela construção dos monumentos.

A partir dessas questões, percebe-se que, no período em que foi encomendado e idealizado, o monumento a Julio de Castilhos era, sem dúvida, uma homenagem a seus feitos e à sua memória. No entanto, quando o observamos hoje e compreendemos todos os elementos que estiveram em seu entorno, desde sua função até a relação com o artista contratado, percebe-se que, mais que isso, o conjunto escultórico é, também, uma forma de glorificar o líder e fazer perpassar os ideais políticos levados a cabo por ele ao longo da história.

E o que significam as esculturas?

Conforme colocado anteriormente, o Monumento a Julio de Castilhos, no que se refere ao seu conjunto escultórico, é um dos mais complexos de Porto Alegre. Pelo fato de ter sido encomendado ao artista representar “[...] as tres phases [sic] da vida de Julio de Castilhos: a da propaganda, a da organização [sic] e a phase posterior á sua retirada do governo” (A FEDERAÇÃO, 1913, p.5), muitos elementos deveriam dialogar no conjunto para que o pedido fosse, então, cumprido.

Quando da sua inauguração, no dia 25 de janeiro de 1913, “[...]temendo que a maior parte dos presentes não entendesse o que estava vendo, o governo mandou imprimir para a ocasião um folheto com a descrição do significado de cada uma das partes do conjunto” (DOBERSTEIN, 2011, p.67). Assim, quando os presentes observassem a grandiosa pirâmide quadrangular alongada com cada uma das faces mostrando fragmentos da vida e dos feitos de Julio de Castilhos, talvez grande parte compreendesse o que, de fato, estavam observando.

Encimando o monumento (fig. 5), como uma espécie de resumo da forma com a qual a república configurou-se tanto no âmbito mundial quanto no nacional e regional, o artista colocou a imagem de Marianne que, sobre o globo estrelado nacional cingido por uma faixa escrita Ordem e Progresso, carrega o “(...) facho da nova luz em uma das mãos e a tábua da lei nova a outra” (A FEDERAÇÃO, 1913, p.6). Logo abaixo, quase no cume da pirâmide, as datas de 1789, alusivo à Revolução Francesa e, igualmente, a de 1889 da proclamação da república brasileira. A respeito desses elementos e das faixas que continham frases como *Libertas que será tamen*, A Federação assim comentou:

[...] era preciso recordar os antecedentes políticos nacionaes resumidos em Tiradentes e José Bonifácio. E ainda era indispensável, por um lado, exprimir a dependência da organização [sic] autônoma do Rio Grande do Sul á proclamação da República e, por outro, à evolução occidental, resumida na Revolução Franceza [sic] (1913, p.6).

Localizando politicamente o observador, logo abaixo, nas quatro faces da pirâmide, Décio Villares narrou a trajetória política de Julio de Castilhos. Na primeira delas (fig. 6), que fica direcionada à Assembleia Legislativa, está Castilhos jovem, no período em que, como outros colegas de partido, realizava a propaganda republicana.

O jovem menino estende, a quem se aproxima, um exemplar de A Federação, periódico por onde as ideias republicanas circulavam nesse período.

Na face central (fig. 7), que está de frente para a o Theatro São Pedro e constitui-se como a mais importante do monumento, está a fase de atuação política de Julio de Castilhos. Ele, que lentamente levanta-se de uma cadeira, apoiando seu braço direito na mesma, segura um livro que, possivelmente estava lendo. Na concepção do artista, seria o momento em que Castilhos estaria soerguendo-se para colocar suas ideias em prática. Ao seu lado esquerdo, com uma venda em um dos olhos e um ramo de louros na mão, a Coragem incentiva o líder a dar continuidade ao seu projeto. No entanto, abaixo dela, uma representação da Prudência a detém e aponta para os perigos que ainda poderiam assombrar seu governo, materializadas no dragão.

Ao lado direito de Castilhos, tal qual um soldado romano, uma figura da Firmeza. Esta, indicando a perseverança do líder, atentava para o fato de que, sem ela e “[...] sem esforço constante, jamais estadista conseguiu as justas aspirações de domínio, indispensáveis á eficácia social de uma vasta ação política” (A FEDERAÇÃO, 1913, p.6). Arrematando o conjunto dessa face, o *Civismo*, junto com a bandeira nacional e pairando sobre a cabeça de Castilhos, indica o amor, “motor supremo de todas as boas ações” (A FEDERAÇÃO, 1913, p.6).

A última face do monumento apresenta Julio de Castilhos como um senhor de longas barbas (fig. 8), mesmo que num corpo jovial. A ideia de Villares era, justamente, mostrar a sabedoria que o líder havia acumulado e que, estendendo sua mão para frente, desejava legar ao futuro. Além disso, a contradição da longa barba e o corpo jovem estaria, também, na ideia de evidenciar que o tempo, para o líder, apenas o

tornou mais sábio. A respeito disso há, ainda, outra hipótese: a da alusão feita pelo artista à precoce morte de Castilhos (DOBERSTEIN, 2011, p.74).

Finalizando o monumento, a última face não traz uma escultura do líder republicano, mas sim a de um jovem gaúcho montado à cavalo (fig. 9). Segundo A Federação,

E para significar que na consecução do bem o estadista precisa contar com a força numérica, isto é, com o prestígio popular, o artista incorporou ao monumento, na face posterior, o typo popular do Gaúcho, figurado em um jovem cavalleiro, como convém à encarnação das esperanças do futuro (A FEDERAÇÃO, 1913, p.6).

Afora essas alusões ao povo, Villares também fez aparecer as principais bases econômicas do Estado, evidenciadas na cabeça de boi (pecuária) e no arado (agricultura). E sobre ambos objetos, o gaúcho com chapéu na mão, sorridente, entusiasticamente dá um viva à República, a Julio de Castilhos, à sua história e sua memória.

Imagens:



Fig. 1 – Conjunto alusivo à economia
Fonte: Acervo da autora



Figs. 2 e 3 – Justiça e República
Fonte: Acervo da autora



Fig. 4 – Conjunto alusivo à sociedade
Fonte: Acervo da autora



Figs. 5 e 6 – Marianne e Propaganda Republicana
Fonte: Acervo da autora



Fig. 7 – Ação Política
Fonte: Acervo da autora



Figs. 8 e 9 – Velho Castilhos e Viva à República
Fonte: Acervo da autora

Referências

A GLORIFICAÇÃO. **Monumento a Julio de Castilhos. Histórico e descrição. A Federação.** Porto Alegre, 24 jan. 1913, p.05-08.

ALVES, José Francisco. **O enigma do gato no fachadismo porto-alegrense como**

exemplo do alcance da iconografia clássica. Te s]xOH, Porto Alegre, v.1, n.2, dez. 2013, p.19-22.

ALVES, José Francisco. **A escultura pública de Porto Alegre. História, contexto e significado.** Porto Alegre: Artfolio, 2004.

DOBERSTEIN, Arnaldo Walter. **Estatuária e ideologia.** Porto Alegre: Editora da Cidade; Letra & Vida, 2011.

MILLIET, Maria Alice. **Tiradentes: o corpo do herói.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

PEREIRA, Cláudio Calovi. Arquitetura de Porto Alegre no período Positivista. In: PEREIRA, Cláudio Calovi, SCHILLING, Voltaire (Orgs.). **Positivismo. Arquitetura de Porto Alegre no período Positivista.** Porto Alegre: PROPAR/UFRGS, 2007.

WEIMER, Günther. **A vida cultural e a arquitetura na República Velha Rio-grandense. 1889-1945.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003